

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

Vanessa Cadó Lopes

**HISTÓRIA AMBIENTAL COM ABORDAGEM DE GÊNERO NO  
BRASIL: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA (1981-2023)**

Santa Maria, RS  
2023

**Vanessa Cadó Lopes**

**HISTÓRIA AMBIENTAL COM ABORDAGEM DE GÊNERO NO BRASIL: UMA  
ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA (1981-2023)**

Trabalho de conclusão de graduação apresentado ao Curso de História Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciada em História**.

Orientador: Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nikelen Acosta Witter

Santa Maria, RS  
2023

**Vanessa Cadó Lopes**

**HISTÓRIA AMBIENTAL COM ABORDAGEM DE GÊNERO NO BRASIL: UMA  
ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA (1981-2023)**

Trabalho de conclusão de graduação  
apresentado ao Curso de História Licenciatura,  
da Universidade Federal de Santa Maria  
(UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de **Licenciada em História**.

**Aprovado em 12 de dezembro de 2023:**

---

**Luís Augusto Ebling Farinatti. Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Mariana Flores da Cunha Thompson Flores. Dr.<sup>a</sup> (UFSM)**

---

**João Davi Oliveira Minuzzi. Me. (UFSC)**

Santa Maria, RS  
2023

*Em memória de minha avó, Helena Maria.  
Vódi, obrigada por cuidar de mim com tanto amor,  
por conversar comigo e me explicar as coisas.  
Queria voltar a ser criança só pra poder ver de novo seu cabelo todo  
branquinho e me esconder do mundo embaixo da sua saia.*

## AGRADECIMENTOS

Mais difícil que qualquer trabalho árduo, é agradecer às diversas pessoas que me sustentaram nesse processo. Estes agradecimentos não falam só sobre o TCG, mas sobre o sonho de acessar o ensino, as memórias e os amigos de toda uma graduação. Não sei se os farei jus, mas acho que é necessário tentar.

Portanto, começo agradecendo à Universidade Federal de Santa Maria por materializar tantos sonhos e possibilidades. Agradeço pela estrutura, pelos espaços e pessoas através dos quais a universidade assegura o direito do ensino público e de qualidade pra tantas pessoas.

Também aos meus professores, a todos que já tive na vida. Afinal, foi a existência destas pessoas que orientou minha trajetória para a formação docente. A educadora que estou me tornando é feita dos professores e professoras que passaram por mim e transformaram minha visão de mundo.

Agradeço aos professores/as do departamento de História da UFSM, pelo trabalho comprometido e constante, que nos possibilita diariamente a reflexão, o questionamento e a ampliação de perspectivas.

Mas agradeço especialmente ao professor Luís Augusto Farinatti, pela excelente orientação neste trabalho final. Por ter ofertado a DCG de tópicos especiais III, a disciplina que me apresentou a história ambiental através de discussões entusiasmadas e instigantes. E também, por ser um orientador que muito além de apontar nossos pontos para aperfeiçoamento e melhora, ser um orientador que aponta nossas qualidades e no que somos bons. Obrigada professor, pela presença, ajuda e incentivo.

Também à minha coorientadora Nikelen Acosta Witter. Pois, desde antes de entrar no curso de história, eu sabia que queria pesquisar “alguma coisa com gênero”, isso sempre me tocou de uma maneira profunda e pessoal. Portanto, quero agradecer à professora por existir neste curso e neste momento, por se posicionar da maneira como se posiciona e assim ser referência para tantas mulheres historiadoras. E pela enorme ajuda neste trabalho, por sanar minhas dúvidas e me orientar a ser mais coesa e objetiva.

Agradeço à professora Mariana Thompson Flores e ao João Davi Minuzzi, por comporem a banca deste trabalho. Obrigada pela leitura atenta e pelas correções pertinentes, feitas de maneira tão gentil e amistosa.

Obrigada à Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Antônio Xavier da Rocha e ao Colégio Estadual Coronel Pilar, por me acolherem como estagiária e bolsista. Por oportunizarem minhas primeiras experiências como docente e a consequente transformação

peçoal que acompanha. Obrigada aos programas PIBID e Residência Pedagógica pelos aprendizados. Ao professor Matheus Luís da Silva, nosso preceptor do RP, e ao meu colega de trabalho Aislan Viçosa, muito obrigada pelo companheirismo e comprometimento mútuos. O carinho como resultado do ano que passamos, revela o quanto de nós esteve presente em cada momento e em cada aula.

Aos meus queridos alunos das turmas 91, 115 e 315, os agradeço e afirmo que minha existência foi radicalmente transformada a partir da convivência com vocês. Obrigada por acolherem a vulnerabilidade de uma jovem professora e por sempre retribuírem o afeto que depositei em nossas aulas. Vocês afirmaram minha escolha de vida e me ensinaram muito mais que aprenderei comigo.

À minha mãe Clera, minha dinda Neide e minha tia Zule, obrigada por serem meu sinônimo de lar. Pela nossa família de mulheres e por terem me criado com tanto amor e entrega. Por sempre me presentear com livros e por contarem histórias pra mim. Mas especialmente, pelos diversos esforços e sacrifícios feitos pra que eu pudesse acessar e estar na universidade. Amo vocês com todo meu coração.

Agradeço à espiritualidade maior, essa força que ainda não sei nomear mas que sempre me acompanha e ampara. Obrigada dona Didinha pelos benzimentos e por segurar na minha mão.

À minha psicóloga Ana Luiza, pela calma e sutileza com que tem me ouvido falar sobre este trabalho e sobre minhas tantas ansiedades.

Aos meus afilhados Augusto, Aurora e José, por todas as vezes que a vida pesou e vocês foram motivo de alegria e força pra essa dinda que os ama. Quero ver vocês crescidos e realizando sonhos.

À mana Eduarda, por desde a infância afirmar o quanto me acha inteligente e capaz, por nunca duvidar e sempre valorizar a maneira como sou, mesmo sendo tão diferente da dela.

À minha madrasta Karina, por ter sido tão presente na minha infância, pelo cuidado e amor que cultivamos.

À Isadora, por estar presente desde minhas primeiras lembranças e ainda seguir sendo melhor amiga. É incrível transformar-se ao longo da vida e seguir caminhando juntas.

Aos meus amigos: Carol, Eduardo, Gabi, Japa, Luani e Raphinha, obrigada por me acolherem como família quando cheguei em Santa Maria. Pela conexão de alma e por partilharem tantas vivências e valores comigo.

Aos meus amigos Dudu Marin e Willian Carvalho, pela nossa aproximação desde os primeiros momentos, quando a graduação ainda era uma grande incerteza, até os últimos trabalhos em grupo. Agradeço pela ajuda e companheirismo de sempre.

À Bela e ao Pedro, obrigada por compartilharem comigo os intervalos e as indignações. A visão da vida e a vida em si. Que bom que nossos caminhos se cruzaram, amigos.

À Gabi, Júlia e Saionara, pelo vínculo de amizade profundo e importante que estabelecemos. Nossas conversas trouxeram muita magia e significado pros meus dias. A presença e incentivo de vocês me inspirou constantemente. Obrigada por percorrerem tantos dias e desafios comigo.

Ao Rafa, meu companheiro. Por ouvir minhas angústias tantas e tantas vezes, e em todas acolher com muita paciência e carinho. Por sempre rir e por me mostrar que nem tudo precisa ser perfeito pra ser bom e bonito. Por me trazer equilíbrio e perspectiva. Por sempre me ajudar tanto e de tantas formas. Amor, sua existência e seu afeto me fazem sentir que sou capaz de realizar sonhos como esse.

Amigos e familiares, mesmo aqueles que não foram nomeados, saliento a importância de vocês em meu caminho e reafirmo sempre minha gratidão. Contem comigo em cada ciclo e cada mudança. Obrigada.

*Quando alvorecer aqui a incerta experiência da realidade,  
Que eu reconheça sem medo ou espanto qualquer  
Todas essas visões como sendo os reflexos da minha própria  
consciência,*

Yoga: Caminhos da Libertação. 1951.

## RESUMO

### HISTÓRIA AMBIENTAL COM ABORDAGEM DE GÊNERO NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA (1981-2023)

AUTOR: Vanessa Cadó Lopes

ORIENTADOR: Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti

O presente trabalho se insere no campo da História Ambiental e da Teoria Feminista, articuladas simultaneamente. Tem como objetivo realizar uma análise historiográfica de alguns trabalhos acadêmicos produzidos acerca dos contextos brasileiros após 1981 (vide à Lei nº 6.938) que tratam da história ambiental a partir de uma perspectiva/abordagem de gênero. A fim de demonstrar a importância da utilização desta categoria de análise nas investigações histórico ambientais e de que maneira o “gênero” está implicado nestes trabalhos analisados. Veremos como o gênero opera nas pesquisas e quais as contribuições da utilização da epistemologia feminista para análises histórico ambientais. A abordagem de gênero tem o efeito de potencializar o aprofundamento e complexidade de pesquisas de diferentes sub-áreas da história ambiental, viabilizando a escuta de novos e outros testemunhos. Os elementos de história oral, papéis de gênero, trabalho produtivo, modernidade e resistência, conectam diferentes pesquisas e nos permitiram identificar constelações formadas nesta inter-relação de conceitos e perspectivas de análise.

**Palavras-chave:** História ambiental. Abordagem de gênero. Epistemologia feminista.

## RESUMEN

### **HISTORIA AMBIENTAL CON ENFOQUE DE GÉNERO EN BRASIL: UN ANÁLISIS HISTORIOGRÁFICO (1981-2023)**

AUTOR: Vanessa Cadó Lopes  
TUTOR: Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti

El presente trabajo se enmarca en el campo de la Historia Ambiental y la Teoría Feminista, articuladas simultáneamente. Tiene como objetivo realizar un análisis historiográfico de algunos trabajos académicos producidos sobre los contextos brasileños después de 1981 (véase la Ley n.º 6.938) que abordan la historia ambiental desde una perspectiva/enfoque de género. Con el fin de demostrar la importancia de la utilización de esta categoría de análisis en las investigaciones históricas ambientales y cómo el "género" está implicado en estos trabajos analizados. Veremos cómo el género opera en las investigaciones y cuáles son las contribuciones de la utilización de la epistemología feminista para análisis históricos ambientales. El enfoque de género tiene el efecto de potenciar la profundización y complejidad de las investigaciones en diferentes subáreas de la historia ambiental, facilitando la escucha de nuevos y otros testimonios. Los elementos de historia oral, roles de género, trabajo productivo, modernidad y resistencia conectan diferentes investigaciones y nos han permitido identificar constelaciones formadas en esta interrelación de conceptos y perspectivas de análisis.

**Palabras clave:** Historia ambiental. Enfoque de género. Epistemología feminista.

## **LISTA DE FIGURAS**

- Figura 1 - Mapa que representa a distribuição temática das pesquisas analisadas no território Brasil. 50
- Figura 2 - Gráfico de distribuição da quantidade de pesquisas realizadas em cada ano, a partir de 2004. 52

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>HISTÓRIA AMBIENTAL: INTERDISCIPLINAR, NÃO-ANTROPOCÊNTRICA, MÚLTIPLA</b>	<b>23</b>
<b>3</b>	<b>A PERDA, O CORPO, O ALIMENTO</b>	<b>31</b>
3.1	DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS	31
3.2	CORPOS E DIETAS	34
3.3	AGROECOLOGIA E ALIMENTOS	37
<b>4</b>	<b>O TRABALHO, A LUTA, O SABER</b>	<b>40</b>
4.1	TRABALHADORAS RURAIS	40
4.2	TRABALHADORAS E A LUTA PELA TERRA	43
4.3	VOZES E SABERES TRADICIONAIS	46
<b>5</b>	<b>CONSTELAÇÕES</b>	<b>49</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>61</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>64</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“Lucien Febvre costumava dizer: ‘a história é o homem’. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos.” (BRAUDEL apud MOORE, 2003, p. 431).*

O presente trabalho se insere no campo da História Ambiental e da Teoria Feminista, articuladas simultaneamente. Tem como objetivo realizar uma análise historiográfica de alguns trabalhos acadêmicos produzidos acerca dos contextos brasileiros após 1981 (vide à Lei nº 6.938) que tratam da história ambiental a partir de uma perspectiva/abordagem de gênero. A fim de demonstrar a importância da utilização desta categoria de análise (SCOTT, 1989) nas investigações histórico ambientais e de que maneira o “gênero” está implicado nestes trabalhos analisados.

Quando esta pesquisa estava no começo, acreditávamos que ela trataria de trabalhos de história ambiental com “recorte” de gênero. Em um sentido metodológico, recorte era aqui compreendido como aquilo que delimita espaço, tempo, sujeito-objeto ou enfim, as temáticas dos estudos históricos. No entanto, a partir da leitura das fontes selecionadas (discutidas a partir da página 28), ficou evidente que o gênero não opera como um recorte, pois não limita nenhum aspecto das pesquisas. Os trabalhos são muito distintos em suas temáticas e transitam por diversas sub-áreas da história ambiental. Nesse sentido, veremos como o gênero opera nas pesquisas realizadas no campo da história ambiental e quais as contribuições da utilização da epistemologia feminista para análises histórico ambientais.

A história ambiental é um campo de estudos recente, estruturado e difundido a partir da década de 1970, em consonância com os crescentes debates sobre a crise global e a participação em movimentos ambientais entre cidadãos de vários países (WORSTER, 1991, p. 198). Em 1979, cria-se a primeira instituição científica voltada para este campo historiográfico, denominada American Society for Environmental History (PÁDUA, 2010, p. 81).

Como evidencia a citação que abre esta introdução, a história ambiental é constituída a partir de uma mudança de perspectiva acerca do sujeito histórico. Até então, nós historiadores olhávamos

por *detrás* dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios ou das máquinas, por detrás dos documentos escritos aparentemente mais glaciais e das instituições aparentemente mais distanciadas dos que as elaboraram, são exatamente *os homens* que a história pretende apreender. Quem não o conseguir será, quando muito e na melhor das hipóteses, um servente da erudição. O bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está a sua caça (BLOCH, 1976, p. 28). (*grifos meus*).

O que importava historiograficamente era o “homem no tempo”, suas ações, instituições, conflitos e acordos, etc. Elementos como *os traços sensíveis da paisagem* possivelmente não eram considerados fonte histórica, muito menos, agentes das narrativas.

A história ambiental propõe uma ampliação da perspectiva, buscando incluir um conjunto mais diverso e aprofundado de sujeitos e objetos de estudo.

Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e "supernatural", de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas (WORSTER, 1991, p. 199).

O surgimento deste campo de estudos se pautava no reconhecimento de que a tradicional separação homem-natureza era ineficaz para compreender os contextos históricos. Afinal, qualquer ser humano em qualquer tempo esteve e viveu em contato com algum ambiente, paisagem ou clima, com os quais interagiu e “foi interagido” (atendeu às demandas, se adaptou, obteve alimento, abrigo, sobrevivência, etc).

Além disso, a crise ambiental e os fenômenos naturais, que se tornam grandes desastres mediante nossa falta de preparo e estrutura, são óbvias consequências da maneira como os seres humanos interagiram com este planeta no passado. Bem como, a herança que deles recebemos, expressa em nossa conduta capitalista e exploratória, vide à crescente ocorrência de desastres antropogênicos no Brasil e no mundo: Vila Socó (SP), 1989; Goiânia (GO), 1987; Guanabara (RJ), 2000; Araucária (PR), 2000; Cataguases (MG), 2003; Mariana (MG), 2015; Brumadinho (MG), 2019 (SOARES; SCHONARDIE. 2020. p. 2 e 3). Acrescento também, a questão dos povos indígenas afetados pelo uso exploratório dos recursos naturais, especialmente o caso dos Yanomami, que veio a público recentemente mas que é um conflito que dura décadas.

No entanto, mesmo quando ocorre a mudança de perspectiva que permite construir uma história de sujeitos múltiplos, alguns historiadores ainda se referem ao sujeito humano universal expresso pela figura masculina: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos (BRAUDEL *apud* MOORE, 2003, p. 431). Existe uma problemática em utilizar o termo “homem” para designar todo o conjunto de seres humanos que compartilha determinados espaços, mesmo que esta utilização linguística seja “justificada” pela sua datação.

A suposta universalidade do termo “homem” não se confirma na narrativa histórica porque na verdade descreve uma experiência humana bastante específica, a do gênero masculino. A experiência daqueles que não se encaixam nos padrões masculinos de gênero

(mulheres, transsexuais, não-binários, etc) não costumava ser percebida como importante e não era parte da narrativa.

No entanto, teóricas feministas como Donna Haraway perceberam que todos os olhos, incluídos os nossos olhos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida (1995, p. 22). Nesse sentido, pontos de vista produzidos por olhares masculinos também são conhecimentos situados e específicos, não representam a totalidade das experiências humanas.

Wilhelm Dilthey defende que cada visão de mundo é, à sua maneira, verdadeira. Na medida em que expressa determinada dimensão do universo, uma parcela da verdade, e nega a possível apreensão da verdade total por um sujeito. A “verdade histórica” seria alcançada através da utilização de todos os ângulos pelos quais determinado fenômeno foi observado (*apud* REIS, 2003, p. 385-392). Nesse sentido, uma ciência histórica constituída sem incluir outros ângulos é incompleta.

Isso porque alguns marcadores como raça, classe e gênero implicam em estigmas sociais que geram experiências radicalmente diferentes com narrativas legítimas. A visão do corpo marcado por gênero não é menos objetiva do que a do sujeito “universal”.

Gostaria de insistir na natureza corpórea de toda visão e assim resgatar o sistema sensorial que tem sido utilizado para significar um salto para fora do corpo marcado, para um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum. Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação. Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco, uma das várias tonalidades desagradáveis que a palavra objetividade tem para os ouvidos feministas nas sociedades científicas e tecnológicas (HARAWAY, 1995, p. 18).

A autora então propõe a objetividade feminista, traduzida em saberes localizados. A construção de uma ciência baseada nestes termos nos permite nomear onde estamos e onde não estamos nas dimensões do espaço (mental e físico). Ou seja, situar o conhecimento. A objetividade feminista assume a corporificação específica e particular de todos os sujeitos, rejeitando as noções de transcendência e de separação sujeito-objeto. Apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva (*op. cit.*, p. 21). Isso porque nos tornamos capazes de refletir criticamente sobre nossa própria posição no mundo e sobre a narrativa que produzimos a partir dela, sem pretender falar e representar por outros.

O eu dividido e contraditório é o que pode interrogar os posicionamentos e ser responsabilizado, o que pode construir e juntar-se à conversas racionais e imaginações fantásticas que mudam a história. Divisão, e não o ser, é a imagem privilegiada das epistemologias feministas do conhecimento científico. "Divisão", neste contexto, deve ser vista como multiplicidades heterogêneas, simultaneamente necessárias e não passíveis de serem espremidas em fendas isomórficas ou listas cumulativas. Esta geometria é pertinente no interior dos sujeitos e entre eles. A topografia da subjetividade é multidimensional bem como, portanto, a visão (*op. cit.*, p. 26).

Por epistemologia entendemos o conhecimento teorizado, produto da reflexão sistêmica dos caminhos através dos quais se obtêm o entendimento cientificamente dirigido. Informa sobre a consistência lógica das teorias e os limites do conhecer. Também estendemos a compreensão à epistemologia como teoria, abrangendo o estudo do conhecimento humano em termos amplos. A episteme consiste nas possibilidades de pensamento sistemático, aliadas à reflexão radical de um determinado saber. Logo, a epistemologia feminista visa refletir acerca do conhecimento produzido (ou a ausência deste) sobre as mulheres e elementos a elas vinculados, como a evidencialidade e normatização dos corpos, a submissão de sua sexualidade e sua função social<sup>1</sup>. Bem como, reforçar a importância da atuação de teóricas feministas que vem alargando diversos horizontes antes balizados pelo saber masculino.

De acordo com Margareth Rago, a epistemologia define o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos (2006, p. 3). E que portanto, deveríamos nos ater ao processo de constituição de (algumas) epistemologia(s) feminista(s), e de um “projeto feminista de ciência”.

Pois este, segundo a autora, não só aponta o modo dominante como o conhecimento científico tem sido elaborado, também propõe uma maneira alternativa de operação metodológica. Dado que é preciso reconhecer que sujeitos marcados por gênero possuem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, logo, sua formulação parte das margens, processo que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso.

Utilizar o gênero como uma categoria de análise nas pesquisas históricas é um método

(...) de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. A política só constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para análise histórica (SCOTT, 1989, p. 23).

O gênero pode ser uma ferramenta, uma lente que nos permite primeiramente enxergar, e depois investigar e compreender a realidade vivida nas margens. A narrativa de sujeitos marcados por gênero que não se enquadram na centralidade de Homem Branco.

---

<sup>1</sup> Para saber mais veja: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar. Masculino, Feminino, Plural. Gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2006.  
LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte - MG. Ed Autêntica, 2019.

Diante disso, identificamos duas dimensões em que o gênero pode operar nas pesquisas históricas: como marcador de sujeitos e como categoria de análise.

Identificar estas dimensões é importante porque possibilita que mais historiadoras(es) as incorporem em sua vivência acadêmica: consumindo a ciência produzida por estes corpos marcados, legitimando suas narrativas, se auto-situando enquanto corpo e sujeito histórico, e incluindo o gênero em sua metodologia como uma categoria de análise útil para sua investigação.

Diante disso, a fim de nos referir às epistemologias feministas enquanto teorias e aos processos metodológicos que propõe (como a localização dos saberes e a utilização do gênero como categoria de análise), utilizaremos neste trabalho o termo abordagem de gênero. Com o intuito de reportar este abrangente conjunto de saberes (teoria e método) proposto pela Teoria Feminista.

Para exemplificar a proficuidade da abordagem de gênero em pesquisas acadêmicas menciono um caso debatido por Angela Davis, em trabalho da década de 1980:

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo. Aquelas que conseguiram ir para a casa-grande encontraram a porta trancada para novas oportunidades – a menos que preferissem, por exemplo, lavar roupas em casa para diversas famílias brancas em vez de realizar serviços domésticos variados para uma única família branca. Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia. De acordo com o censo de 1890, havia 2,7 milhões de meninas e mulheres negras com idade acima dos dez anos. Mais de 1 milhão delas eram trabalhadoras assalariadas: 38,7% na agricultura, 30,8% nos serviços domésticos, 15,6% em lavanderias e ínfimos 2,8% em manufaturas. As poucas que encontraram emprego na indústria realizavam os trabalhos mais sujos e com os menores salários. Considerando que suas mães escravas também haviam trabalhado nas usinas de algodão do Sul, nas refinarias de açúcar e até mesmo nas minas, elas não haviam conseguido um progresso significativo. Em 1890, para as mulheres negras, devia parecer que a liberdade estava em um futuro ainda mais remoto do que no fim da Guerra Civil (2016, p. 95).

Esta autora é pioneira na defesa da compreensão dos marcadores sociais (gênero, raça e classe) enquanto geradores de estigmas que se interseccionam. Bem como seu impacto na criação de realidades e narrativas. Davis demonstra que o contexto da maioria das mulheres negras dos Estados Unidos no final do século XIX ainda é o da privação da liberdade. Os dados evidenciados pela autora confirmam a particularidade da situação social deste grupo, produto do passado de dominação branca/masculina.

No entanto, se a pesquisadora em questão buscasse investigar a situação a partir da perspectiva mais tradicional (através da “universidade”, da perspectiva central, branca e masculina) seria impossível visualizar a especificidade da situação das mulheres negras. Afinal em dezembro de 1865 foi aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos a 13ª Emenda à Constituição que aboliu oficialmente, em território estadunidense, a escravidão e a servidão

involuntária, exceto como punição por um crime<sup>2</sup>. Nesse caso, os documentos e depoimentos oficiais não são suficientes para o historiador vislumbrar a complexidade da questão (como a contradição da liberdade garantida em lei e a situação destas mulheres escravizadas). A epistemologia feminista viabiliza a escuta de outros testemunhos, localizados fora da centralidade construída pelo poder.

Para demonstrar qual é a relação da reflexão sobre a abordagem de gênero e a história ambiental, seguirei no exemplo pautado por Angela Davis:

Assim como acontecia na época da escravidão, as mulheres negras que trabalhavam na agricultura – como meeiras, arrendatárias ou assalariadas – não eram menos oprimidas do que os homens ao lado de quem labutavam o dia todo. Em geral, elas eram obrigadas a assinar “contratos” com proprietários de terras que desejavam reproduzir as condições de trabalho do período anterior à Guerra Civil (2016, p. 96).

Não seria estranho um(a) historiador(a) ambiental interessado nas questões deste contexto: trabalho/trabalhadores rurais, opressão no campo, agricultura no sul dos EUA, contratos rurais, proprietários de terras, enfim. Dessa maneira, consideramos indispensável que o/a pesquisador(a) seja capaz, e tenha as ferramentas para isso através da abordagem de gênero, de apontar as diferentes realidades entrelaçadas com um mesmo ambiente. Evitando generalizações inadequadas e o encobrimento de opressões históricas.

No que concerne a estes processos de poder e dominação, o ecofeminismo é um movimento político filosófico que têm apontado a conexão da subjugação da natureza e dos sujeitos colonizados e/ou marcados por gênero. Refletindo sobre as lógicas de opressão e seus mecanismos de manutenção do poder. Autoras importantes deste movimento, como Vandana Shiva, Maria Mies e Carolyn Merchant<sup>3</sup>, propõem uma perspectiva interseccional que perceba a exploração da natureza e a opressão de seres humanos como fenômenos interconectados. Já que tanto a destruição dos ambientes quanto a desvalorização do sujeito marcado (por gênero, raça ou classe) são promovidos pelo capitalismo e pelos paradigmas do patriarcado.

Dessa maneira as lutas por justiça ambiental, direitos das comunidades (rurais e indígenas) e igualdade de gênero estariam intrinsecamente vinculadas. As autoras do ecofeminismo também promovem uma pesada crítica aos abusos sócio-ambientais que vêm sendo cometidos em nome do progresso e do desenvolvimento financeiro/tecnológico.

<sup>2</sup> Aprovada a 13a. Emenda que aboliu a escravidão nos EUA. Por Joelza Ester Rodrigues. **Ensinar História**. Disponível em: <<https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/aprovada-a-emenda-que-aboliu-a-escravidao-nos-eua/>>. Acesso em 04 dez. 2023.

<sup>3</sup> SHIVA, Vandana. **Abraçar la vida: mujer, ecología y desarrollo**. Madrid: Editorial Horas y Horas, 1995. MIES, Maria e SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. (Coleção Epistemologia e Sociedade). MERCHANT, C. **The Death of Nature: Women, Ecology and The Scientific Revolution**. Harper & Row. 1980.

As autoras também discutem as diferentes maneiras como homens e mulheres são socializados para relacionar-se com seu ambiente. Apontando que, pelo fato de encarregar-se do local de habitação, as mulheres geralmente são mais conscientes de elementos ambientais cotidianos, como o plantio e manejo de alimentos, as transformações na qualidade da água, do solo, etc. Por isso, diante da lógica exploratória do capitalismo, as ecofeministas sugerem uma maneira de interagir com a natureza baseada nestes princípios feminilizados (ligados à condição feminina) orientados pelas noções de responsabilidade, cuidado e respeito.

Os fundamentos desta conduta exploratória podem ser atribuídos à definição ocidental de natureza. A autora feminista Val Plumwood (1993) destaca que a maneira como conceituamos e nos relacionamos com o ambiente está estruturada a partir de um pensamento ocidental, baseado em dicotomias hierárquicas. Este paradigma assenta dualismos que opõem elementos como: masculino/feminino; racional/irracional; cultura/natureza; civilização/barbárie; humano/não-humano. Estas oposições estabelecem hierarquias que aprisionam os sujeitos marcados, os não-humanos e a natureza à condição inferiorizada, e portanto, passível de ser dominada, conquistada e/ou explorada.

À luz das postulações do ecofeminismo, retorno à análise do caso proposto por Angela Davis, das mulheres negras nos EUA ao final dos anos 1890 (2016, p. 96). Os aspectos da opressão sofrida por estas mulheres e do poder sobre elas exercido transformava drasticamente o modo de vida deste grupo. Consequentemente, alterava também a maneira como elas se relacionavam em comunidade e com seu entorno, seu ambiente. Em contrapartida, ainda mais por serem trabalhadoras do meio rural, seu ambiente alterava/influenciava a maneira e as possibilidades de organização da vida (recursos disponíveis, formas de trabalho, etc).

Portanto, gênero e ambiente se configuram e influenciam mutuamente. Assim como referiu Joan Scott (1989, p. 23) a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. Da mesma maneira, o gênero constrói o ambiente e o ambiente constrói o gênero.

Nos últimos anos algumas autoras latinoamericanas, entre elas Diana Ojeda, têm apontado esta mutualidade:

trabajos más recientes sobre el tema se han dedicado al análisis de qué tipo de hombres y de mujeres son constituidos en su relación con el ambiente que los rodea y cómo, a su vez, ese ambiente es producido a partir de la constitución de dichos sujetos marcados por género. Dicha aproximación procesual y relacional a la mutua constitución de sujetos y naturalezas engendrados ha permitido prestar atención también a preguntas sobre el papel que juegan los discursos y las prácticas sobre la femineidad, la masculinidad y la sexualidad en la manera en la que los seres humanos ocupamos y transformamos distintos espacios y ambientes (2011, p. 65).

De acordo com Ojeda, a percepção da constituição mútua de sujeitos e ambientes possibilita a compreensão dos impactos de discursos e práticas sobre a feminilidade, masculinidade e sexualidade na forma como ocupamos e transformamos espaços e ambientes. Mas também, que tipo de homens e mulheres são constituídos a partir da relação com o ambiente que os rodeia.

Na interpretação da autora, em consonância com o ecofeminismo, o ambiente por sua vez é concebido a partir da relação com os sujeitos marcados por gênero. O trabalho que Ojeda desenvolveu em seu doutoramento versa sobre a maneira que a acentuada promoção turística na última década na Colômbia, especialmente no Caribe Colombiano, tem se pautado na constituição de lugares paradisíacos ocupados por corpos sexualizados e naturezas exuberantes (2011, p. 68).

Além dela, outras autoras como Gabriela Nouzeilles, Norma Alarcón, Coco Fusco, Ileana Rodríguez, Graciela Montaldo e Freya Schiwy exploram esta produção mútua de paisagens latinoamericanas e os sujeitos marcados por gênero que as habitam. Bem como, a atuação de estigmas, discursos e práticas sobre o gênero e sexualidade na concepção dos ambientes e na relação estabelecida entre humanos e sua paisagem.

A obra organizada por Nouzeilles (2002), denominada “La naturaleza en disputa - Retóricas del cuerpo y el paisaje en América Latina”, é bastante representativa destes estudos. Nela encontram-se artigos como o de Rodríguez, que analisam a metáfora da “República das Bananas”, ou “Chiquita Banana”, como um meio de feminilizar identidades e culturas nacionais. Através da criação, por parte dos países hegemônicos, de um imaginário baseado em estereótipos manejáveis e justificatórios, para práticas de apropriação e exploração (2002, p. 86).

O contexto brasileiro, mencionado no começo desta introdução, é também emblemático quando falamos em processos de estereotipações e explorações. Por isso a potencialidade de construir pesquisas orientadas pelas compreensões acima discutidas. O território Brasil guarda em si paisagens e sujeitos radicalmente distintos, mas na mesma medida que se produzem diferentes contextos, observa-se também múltiplas formas de dominação. Que com urgência precisam ser apontadas e discutidas.

A abordagem de gênero e seus saberes teórico-metodológicos apresenta-se como uma alternativa para realizar o movimento de localizar de onde/quem parte o conhecimento e de considerar perspectivas marginalizadas, sejam de mulheres, não-humanos, ambientes. Ou seja, uma ferramenta para tornar a história ambiental ainda mais múltipla e inclusiva.

Diante disso, veremos a seguir alguns exemplos de pesquisas em história ambiental com abordagem de gênero produzidos sobre o Brasil após 1981, vide a primeira versão da Lei nº 6.938 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. A fim de demonstrar a relevância deste tipo de abordagem para compreender as realidades dos sujeitos marcados por gênero e as dimensões sociais e ambientais com as quais se relacionam.

Esta análise historiográfica não se pretende um inventário completo acerca dos trabalhos publicados sob esta temática. Mas sim, uma investigação que permita conhecer e situar alguns caminhos percorridos por diferentes autoras/es que se comprometeram em realizar uma história ambiental a partir da abordagem de gênero. Iremos referenciar algumas autoras e trabalhos que consideramos representativos destes esforços e que expõem as contribuições de uma epistemologia feminista para o estudo histórico ambiental.

As fontes foram selecionadas mediante a busca dos termos “gênero” ou “mulher/mulheres” ou “feminismo” mais o termo “história ambiental”, nas plataformas de pesquisa: Google Acadêmico, BOHA (Biblioteca Online de História Ambiental) e Catálogo de Teses da CAPES<sup>4</sup>. Além de nos portais de periódicos: Revista de Estudos Feministas e Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)<sup>5</sup>. Por fim, também foram agregadas fontes indicadas por colegas e orientadores.

A partir dessa busca foram selecionados os trabalhos que possuíam como foco/objeto de estudo algum grupo marcado por gênero, especialmente mulheres, e seu ambiente. Outro critério de seleção das fontes foi a temporalidade do tema das pesquisas. Buscou-se cobrir o período que vai da primeira versão Política Nacional do Meio Ambiente, situada pela Lei 6.938 de 1981, até 2023, ano de produção do presente trabalho.

Com base no *corpus* textual obtido realizar-se-á a leitura reflexiva e crítica das fontes. A fim de identificar e compreender as informações tratadas pelo autor, e posteriormente, localizar o estudo no campo da história ambiental e apontar suas contribuições.

A presente monografia será dividida em cinco sessões, mais esta introdução. No segundo capítulo, serão feitas algumas considerações sobre a história ambiental, a maneira como este campo se estrutura e os possíveis diálogos com os estudos de gênero. No terceiro e quarto capítulos faremos a apresentação historiográfica, que será dividida em subcapítulos

---

<sup>4</sup> BOHA: Biblioteca Online de História Ambiental. Disponível em: <<https://boha.historia.ufrj.br/>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

<sup>5</sup> Revista Estudos Feministas. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha. Disponível em: <<https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/search>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

definidos a partir da recorrência temática do *corpus* textual. No quinto capítulo realizaremos a análise, explorando as articulações teóricas, metodológicas e temáticas entre uma pesquisa e outra. Por fim, nas considerações finais retomaremos as contribuições observadas nos trabalhos e apontaremos possíveis novos caminhos.

## 2 HISTÓRIA AMBIENTAL: INTERDISCIPLINAR, NÃO-ANTROPOCÊNTRICA, MÚLTIPLA

*"Al involucrarnos en esta rama de estudios asumimos un compromiso voluntario. Aceptamos a sabiendas el sufrimiento que conlleva trabajar con lenguajes ajenos a las ciencias sociales y la batalla sin fin para dominar el manejo de herramientas pertenecientes a otras disciplinas. Abandonamos frecuentemente la biblioteca y los documentos para salir a campo abierto, en pos de residuos contaminados, basureros, cultivos y claro gente, siempre gente, todo tipo de gente"*

Patricia Clare Rhoades.

Universidad de Costa Rica. Em depoimento para Sociedad Latinoamericana y Caribeña de Historia Ambiental.

Por ser articulada a partir da preocupação com as questões do mundo, da crise climática, das irresponsabilidades ambientais que cobram seu preço e das simbioses humano-ambiente, a história ambiental é também um campo que propõe uma interdisciplinaridade que ultrapassa inclusive o espectro das ciências humanas e sociais. Isso porque os pesquisadores deste campo (historiadores/as, geólogos/as, geógrafos/as, etc) buscam construir narrativas que compreendam os fenômenos em sua complexidade, seja ela biológica, microbiológica, geológica ou humana. Ou todas juntas e desordenadamente sobrepostas, se influenciando e transformando de forma recíproca.

Pela própria maneira como o mundo biofísico se organiza, o método de compreensão histórica é incrementado com conhecimentos advindos de outras ciências. Ao comentar sobre um dos âmbitos de investigação da história ambiental, José Augusto Pádua (2010) afirma que

O historiador deve estar atento, nesse aspecto, às transformações do mundo biofísico ao longo do tempo, buscando reconstituir os ambientes do passado (que se relacionem com os lugares e períodos históricos que estão sendo estudados). A perspectiva interdisciplinar é aqui fundamental, já que, sem o diálogo com as ciências físicas e naturais, tal esforço de reconstituição se tornaria inviável. Nesse diálogo, porém, é importante perceber a historicidade e diversidade teórica das várias ciências, para que sua incorporação ocorra de maneira crítica e contextual (p. 95).

Assim, observando-se a historicidade de cada ciência e buscando empregar seus princípios e métodos em contextos adequados, obtém-se uma reconstituição histórica muito mais aprofundada e complexa de cada ambiente, bem como, das suas transformações.

Inspirado por estas ciências, especialmente pela biologia e a tecnociência, emerge um novo paradigma para as ciências sociais a partir da década de 90 (DOMANSKA, 2013, p. 9). O não antropocentrismo propõe a construção de interpretações não centradas nos seres humanos, ampliando as possibilidades de investigação histórica para incluir os não humanos.

Isso porque a tradicional distinção humanista entre história humana e natural revelou inadequações e insuficiências para informar sobre esta realidade biofísica em que estamos inseridos. Especialmente, diante das aceleradas mudanças que alguns elementos têm imputado

a esta realidade, como a tecnologia. Esta separação posicionava o ambiente nas narrativas históricas como um cenário inerte, passivo e silente para os feitos humanos.

Este binarismo tem sido questionado, pelo menos, desde o final da década de 1940 quando Fernand Braudel publica “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II” (1949). Em que busca verificar os acontecimentos através do entendimento das estruturas, que por sua vez, apenas podem ser compreendidas através da história do meio (das estações, do mar, do clima). Esta obra pode ser percebida no interior do processo de renovações e diversificações historiográficas realizadas pela Escola dos Annales desde o começo do século XX. Ainda que este estudo seja apenas um vislumbre de alguns questionamentos pautados pela história ambiental algumas décadas depois, nesta obra percebe-se uma atribuição agentiva ao ambiente na conformação de ações humanas.

Todavia é justamente o surgimento da história ambiental enquanto campo historiográfico que estabelece este questionamento (acerca da prestabilidade da separação história humana-natural) de maneira mais efetiva. Isso porque, desde pesquisas pioneiras<sup>6</sup>, infere os seres humanos como agentes biológicos: “O homem é uma entidade biológica antes de ser um católico romano ou um capitalista ou qualquer outra coisa” (CROSBY, apud CHAKRABARTY, 2013, p. 9).

A história ambiental, como campo historiográfico, é concebida na década de 1970 nos Estados Unidos e é consonante às preocupações e demandas sociais em relação às crises ambientais vivenciadas. Tendo seu surgimento situado em um processo de globalização, a história ambiental rapidamente difundiu-se para diferentes lugares do mundo e fomentou o debate público sobre conceitos como “ecologia” (PÁDUA, 2010).

No Brasil algumas pesquisas começam a ser desenvolvidas a partir de 1980, com a posterior articulação de grupos e redes de pesquisadores. Talvez possamos fazer uma comparação no sentido de que, assim como Fernand Braudel está para a formação do campo história ambiental, alguns pensadores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda estão para a formação da historiografia ambiental brasileira. Pois trabalham em suas obras algumas interfaces, questionamentos ou metodologias que oferecem vislumbres do campo histórico ambiental que viria a formar-se.

No entanto, a história ambiental se diferencia destes estudos anteriores porque se constitui sobre uma transformação de perspectiva, que possibilita acessar e/ou conceber a complexidade ambiental inerente ao passado humano. A história ambiental é uma

---

<sup>6</sup> CROSBY, Alfred W. **The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492**. Londres, 1972.

hermenêutica epistemológica que se constrói e se faz visível a partir da definição de um conceito que abre a visão sobre o que até então era invisível, impensável (LEFF, 2005, p. 4).

Para Enrique Leff, economista e sociólogo mexicano,

o termo que deveria ser definido para se chegar às respostas das questões não é o de história, alusivo a toda apreensão entre o devir das estruturas ontológicas do real e o acontecer de resultados gerados pelas ações humanas [...], por todas estas causas e motores da história. É a complexidade ambiental o que redefine o campo da história. É a história do conceito de ambiente — uma história epistemológica — que haverá de responder à pergunta sobre a história ambiental (2005, p. 1).

A partir da perspectiva de Leff, podemos assinalar a formação do campo histórico ambiental como um ponto de mudança epistemológica e conceitual para o fazer histórico. Neste sentido, o campo não se limita ao questionamento acerca das ações humanas sobre o ambiente ou apenas às relações humano-ambiente. Na verdade, abre uma nova indagação sobre o tempo, sobre as temporalidades que definem os processos ecológicos e as identidades culturais que se integram com os processos econômicos e tecnológicos que marcam o curso da história moderna (op. cit., p. 2).

As estratégias teóricas propostas pela história ambiental para abordar a diacronia da complexidade ambiental permitem aos pesquisadores indagar questões diversas como epidemias, desastres, processos de construção de identidade, sentidos culturais de natureza, de poder e de distribuição do poder, etc. Entre estes elementos, está a questão da interferência mútua da política e da natureza, o poder público e as políticas públicas.

Por isso o recorte temporal deste trabalho baseia-se na legislação ambiental brasileira. A Lei nº 6.938, criada em 31 de agosto de 1981, é denominada como Política Nacional do Meio Ambiente e tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BRASIL, 1981).

A lei em questão formaliza e sistematiza o direito ambiental no Brasil à nível federal, além de definir conceitos importantes como meio ambiente, poluição e degradação (SIRVINSKAS, 2005). Esta lei já passou por diversas modificações desde sua criação, nas quais, se acrescentaram ou retiraram artigos e/ou objetivos. Para esta pesquisa, este marco temporal é interessante porque situa as discussões em um contexto legislativo contemporâneo ao atual. Oferecendo reflexões sobre as problemáticas que ainda têm sido enfrentadas.

O advento do campo historiográfico discutido é assinalado por PÁDUA (2010, p. 91) da seguinte maneira:

o aparecimento da história ambiental consciente de si mesma está ligado a uma ausência da dimensão biofísica em boa parte da historiografia contemporânea. Ainda existe, de fato, uma presença muito forte do enfoque que já foi chamado de “flutuante”, no sentido de a humanidade flutuar acima do planeta, como se os seres humanos não fossem animais mamíferos e primatas, seres que respiram e que precisam cotidianamente se alimentar de elementos minerais e biológicos existentes na Terra.

Ao identificar os seres humanos dessa forma (deslocando-os de sua condição de protagonista absoluto e exclusivo da história) a história ambiental torna possível vislumbrar a inclusão dos demais agentes que compõem esta realidade. E a adoção de um paradigma não antropocêntrico permite contar a história de animais, plantas, paisagens e coisas.

Em consonância com o processo de alargamento dos sujeitos e objetos históricos há também uma ampliação das possibilidades de compreensão histórica, através de novas fontes, métodos e abordagens. Esta compreensão passa a ser constituída de forma múltipla ao enfrentar níveis distintos de questões.

Segundo Worster (1991, p. 201) existem três níveis em que a história ambiental opera: o entendimento da natureza, o domínio socioeconômico e a interação mental/significação humana sobre o ambiente. No primeiro busca-se compreender a natureza em si mesma, como funcionou no passado, aspectos orgânicos e inorgânicos, o organismo humano e seu papel nas cadeias alimentares.

No segundo nível discute-se as interações socioeconômicas com o ambiente, as ferramentas e o trabalho, e como consequências as relações sociais, as utilizações dos recursos naturais e as maneiras de produzir bens. No terceiro falamos de aspectos imateriais e subjetivos, produtos da mente humana como percepções, mitos, morais, leis e o processo de significação que compõe a interlocução entre humanos e naturezas (1991, p. 202).

Nem todos os níveis de análise serão necessariamente abordados em uma mesma pesquisa, porém é interessante notar que o campo se estrutura de forma abrangente e as possibilidades de contribuições e articulações entre diferentes pesquisas/pesquisadores. A presente monografia, por exemplo, está orientada no sentido de elaborar principalmente problemáticas do segundo e terceiro níveis. Pois ainda de acordo com Worster,

Uma comunidade organizada para pescar no mar pode ter instituições, papéis de gênero ou ritmos sazonais muito distintos dos de um povo que se dedica a criar ovelhas em pastagens nas altas montanhas. O poder de tomar decisões, inclusive as que afetam o ambiente, raramente se distribui de forma igualitária por uma sociedade, de modo que descobrir as configurações do poder faz parte desse nível de análise (1991, p. 202).

O gênero é um estigma que afeta a distribuição deste poder pela sociedade, logo, debater questões de gênero é debater sobre o poder. Na maioria das sociedades ocidentais modernas cabe aos grupos marcados pelo gênero, raça e classe a não participação na tomada

de decisões ambientais, logo, tem-se uma conduta para com a natureza pautada pela masculinidade, branquitude e pelos interesses do lucro.

Isso porque

o capitalismo industrial monopolista impede o crescimento equilibrado das forças produtivas em regiões subdesenvolvidas. Queremos falar da problemática do desenvolvimento desigual e combinado. Nesse sentido, o Brasil não deixa de ser uma espécie de modelo, uma vez que sua dependência econômica neocolonial — exportação de alimentos e de matéria-prima para as metrópoles do capitalismo internacional — juntamente com a permanência de formas produtivas anteriores e a formação de uma massa marginal caracterizam essa problemática (GONZALEZ, 2020, p. 39).

As relações estabelecidas entre grupos de mulheres e seus ambientes são interações que partem das margens e são muitas vezes baseadas em coexistência e resistência, mas atravessadas pela violência e opressão. Diante disso, realizar história ambiental com abordagem de gênero é uma maneira de descobrir uma das configurações do poder e como este age sobre a natureza.

Para exemplificar, menciono a tese de doutoramento de Cristina Scheibe Wolff denominada “Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre 1870-1945”, de 1998. A tese busca contar a história das mulheres habitantes da reserva extrativista do Alto do Juruá no estado do Acre, por meio de entrevistas de história oral, documentos judiciais de Cruzeiro do Sul e bibliografia.

Ao narrar a história deste grupo de mulheres, a autora debate uma diversidade de questões que transitam pelos níveis discutidos anteriormente neste capítulo. Como a constituição daquele ambiente enquanto seringais, sua ocupação e quem ocupou, as migrações, os interesses econômicos que pautaram este contexto e modificaram aquele ambiente, a atuação das mulheres e o não reconhecimento desta atuação, a crise econômica, o núcleo familiar, o viver na floresta e a floresta como fonte de alimento, a borracha enquanto atividade econômica, gênero e sustentabilidade, os conceitos de tempo, memória e território.

Além da complexidade das relações entre indígenas e seringueiros, a subjugação de mulheres indígenas através da captura, sua “integração” à comunidade e suas contribuições. Por fim, ainda, a autora identifica a violência como linguagem nesta sociedade, seja no casamento, na defesa da honra, a violência de gênero (na forma de estupros, defloramentos e agressões) e a reação e resistência femininas.

Diante disso, podemos afirmar que a autora debate questões da natureza em si mesma, do domínio socioeconômico e da significação humana. Enquanto a lente do gênero permite a percepção da realidade e a escuta de testemunhos de um grupo historicamente invisibilizado.

Essa tese é pioneira em abordar a história ambiental através do gênero no Brasil e também consideramos importante mencionar a maneira como a autora realiza seu trabalho de campo. Pois, tal como descreve a citação que abre o capítulo, Cristina se afasta da estrutura da academia para viver durante um período na reserva do Alto do Juruá, e às vezes floresta adentro, em contato e integração com aquela comunidade. Testemunhando e experienciando o quanto a existência daqueles indivíduos estava atrelada à existência da floresta.

Para um contexto mais recuado no tempo e para outra extremidade do país, temos a tese de Nikelen Acosta Witter denominada: “Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880)”, publicada em livro no ano de 2001. Nela, a autora trabalha com o caso da ex-escravizada Maria Antônia, curandeira e agricultora, acusada de envenenamento e de causar a morte de uma moça que ela havia tratado, e logrado melhoras.

A denúncia parte de um homeopata da região e ocorre em um contexto de embate e modificação em relação às práticas de cura empregadas (curandeiras/os, farmacêuticos, homeopatas, médicos?). A autora investiga o caso mobilizando importantes questões que o perpassam, como a raça e o gênero, no sentido de compreender como os marcadores de Maria Antônia (preta, forra, mulher, curandeira) foram operados contra ela. Este processo é observado desde o título da obra, que traz a expressão “dizem que foi feitiço” como manifestação da reação social de acusação a esta mulher preta e curandeira inserida em uma sociedade escravista, e verificado a partir da abordagem de gênero.

A autora utiliza fontes manuscritas (correspondências, autos de processos crime e livros de atas da Câmara de Santa Maria), fontes impressas (relatórios do Presidente da Província e do vice-presidente) e jornais (O Combatente, A Federação, A Razão) para construir sua narrativa.

Esta pesquisa se insere nos temas de história da saúde, das práticas de cura e dos estudos de gênero, além de apresentar diversas interfaces em história ambiental. Neste sentido, realiza-se um estudo histórico ambiental à medida que descreve a Vila de Santa Maria da Boca do Monte (atual cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul), seus habitantes e como estes se organizavam na paisagem. Bem como, a conjuntura do estar e da saúde na província do Rio Grande do Sul (suas concepções, tratamentos e recursos).

Ademais, também elabora uma importante investigação acerca do estudo sobre epidemias, mais especificamente, ocorridas na província em questão. Pois o contexto abordado (a Vila de Santa Maria, na segunda metade do século XIX) é marcado por adversidades e escassez, causadas, entre outros fatores, pela ocorrência de epidemias de tifo, cólera e bexigas (WITTER, 2001, p. 14).

[...] a salubridade da Província do Rio Grande do Sul, no geral, era muito insuficiente, mesmo para a época. [...] a ocupação desigual do território rio-grandense, as grandes distâncias e a pobreza característica de uma região de economia periférica dificultavam ainda mais a existência de qualquer tipo de controle (op. cit., p. 19).

Nesta perspectiva, a historiadora descreve a fortíssima epidemia de varíola que consternou a população da localidade em 1864. Apenas dois anos antes do caso de Maria Antônia. Apesar das preocupações do poder público e da própria comunidade em tratar as doenças e impedir sua propagação, o desconhecimento acerca da etiologia e funcionamento das enfermidades impedia um controle e/ou prevenção efetivos. Como no episódio descrito a seguir:

[...] os habitantes da Vila se fizeram inocular e a seus filhos o pus variólico, tencionando proteger-se. O resultado, porém, não foi o esperado. O que, de início, era somente um caso de bexigas numa localidade afastada da Vila, transformou-se em numa das maiores epidemias registradas no município, fazendo diversas vítimas (op. cit., p. 18).

Além disso, a prática do curandeirismo está bastante atrelada às ervas e plantas medicinais. Nesse sentido, a autora coloca questões como quais seus efeitos sobre o organismo humano e também a significação mental que vinculava o envenenamento através de substâncias com a feitiçaria. O organismo então padecia dos males do corpo e do sobrenatural. Neste caso também, Maria Antônia enquanto curandeira, mantinha relações com outros entes da natureza (para além das plantas), pois também curava animais.

Em diferentes contextos históricos, aquelas/es que possuíam conhecimento no uso e administração da natureza (das plantas, animais, ervas e raízes) frequentemente receberam estigmas sociais negativados e ligados ao misticismo e ao sobrenatural, mesmo que a comunidade utilizasse seus serviços. Como é o caso discutido por Silvia Federici (2017), da maioria das bruxas julgadas e queimadas ao longo da idade moderna.

Em vista disso, este amplo processo de estigmatização de pessoas que mantêm relações de proximidade com a natureza e seus elementos é bastante profícuo de ser explorado por historiadoras/es ambientais. Também vale ressaltar que, em ambas as pesquisas acima mencionadas, as autoras exploram ainda mais elementos de âmbito ambiental e humano, mas aqui exemplificamos alguns que são pertinentes a esta discussão.

À luz dos exemplos de possíveis diálogos da história ambiental com a abordagem de gênero apresentados pelas pesquisas citadas, retornamos às premissas da história ambiental enquanto campo de saber. Como exposto no começo deste capítulo, fica evidente que este campo se constitui como abrangente e inclusivo, bem como, que representa uma ruptura com

a antiga ciência histórica pautada apenas pelo “homem” (figura humana masculina e hegemônica nas narrativas históricas).

A história ambiental descentraliza o homem para falar de animais, plantas, paisagens e coisas. E faz isso através das ferramentas e métodos de outras ciências, mesmo que estas desafiem o tradicional *métier* de historiador/a. Esta nova forma de consciência histórica se apresenta múltipla porque explora distintos níveis de compreensão, sejam eles próprios da natureza, do domínio socioeconômico ou da mente humana.

Assim como a perspectiva dos agentes não humanos que foram desconsideradas por longo tempo, existem ainda muitos grupos humanos que também tem sua perspectiva rejeitada. Por isso, ao agregarmos a abordagem de gênero às investigações histórico ambientais estaremos tornando-as ainda mais abrangentes e inclusivas.

Não obstante estas premissas renovadoras próprias da história ambiental também têm muito a contribuir aos estudos de gênero, podendo torná-los mais interdisciplinares, abrangentes e não antropocêntricos. Por vislumbrar a potencialidade da interlocução entre estes campos de saber (a história ambiental e os estudos de gênero) é que esta monografia foi concebida.

No entanto, nos deteremos em manifestar a relevância do gênero enquanto ferramenta metodológica. E não enquanto campo historiográfico. Por isso, a via que seguiremos é da abordagem de gênero (ferramenta) aplicada à história ambiental (campo), e não o caminho inverso.

### 3 A PERDA, O CORPO, O ALIMENTO

Neste capítulo realizar-se-á a apresentação historiográfica de algumas pesquisas em história ambiental com abordagem de gênero produzidas sobre o território Brasil após 1981, ano da primeira versão da Política Nacional do Meio Ambiente. Os subcapítulos apresentados a seguir foram definidos de acordo com a recorrência temática observada a partir do *corpus* textual selecionado para este trabalho. Sendo os temas: desastres socioambientais; corpos e dietas; agroecologia e alimentos; trabalhadoras rurais; trabalhadoras e a luta pela terra, e por fim, vozes e saberes tradicionais.

#### 3.1. DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

*“Mamãe, pois enganaram a gente, eles colocaram água da rua pra dizer que era água da bomba!” Meu Deus, saímo de onde nós tinha tanta água, agora vamos ter que ficar sem água?*

Luzilene Alves da Silva, Reassentamento Bela Vista, Babaçulândia (TO). Entrevista concedida a Temis Gomes PARENTE (2015), em 24 jan. 2013.

O título de desastres socioambientais está sendo utilizado neste trabalho para determinar situações de suspensão da normalidade, como episódios de fenômenos naturais com impactos para grupos humanos (deslizamentos, enchentes, ciclones, temporais, etc). Mas também contextos em que há uma destituição compulsória de direitos básicos, como a experiência dos ribeirinhos atingidos pela construção de barragens hidrelétricas.

Para o primeiro caso, referimos o trabalho de Alfredo Lopes e Guilherme Passamani, denominado “Desastres e Gênero: a natureza da vulnerabilidade no Sul de Santa Catarina (1974-2004)”, de 2020. A temporalidade desta pesquisa é alguns anos mais recuada do que a que foi determinada para a presente monografia, no entanto, a maior parte dela é abarcada por nosso recorte temporal. Além disso, a pesquisa foi trazida para esta discussão porque questiona um problema bastante profundo de nosso país, haja vista a frequente ocorrência de fenômenos naturais que assumem impactos para comunidades de pessoas devido à falta de estrutura ou negligência do poder público.

Nossa perspectiva de entendimento conceitual sobre problemáticas de desastres socioambientais advém do entendimento de como o fenômeno, enquanto um evento em diferentes escalas, ao mesmo tempo de origem física e humana. Sob essa perspectiva, a natureza hoje existente é resultado também da negligência humana, que rompe uma pretensa normalidade anterior estabelecida no tecido social, caracterizando a contraditória relação homem/natureza (NODARI; ESPÍNDOLA; LOPES, 2015, p. 7).

Foram realizadas entrevistas de história oral com pessoas vitimadas por desastres socioambientais no sul de Santa Catarina, ocorridos entre 1974 e 2004, sendo estes enchentes, deslizamentos, e a chegada do Furacão Catarina.

Os autores buscam compreender se em consonância com a suspensão da normalidade haveria também uma suspensão ou modificação dos papéis e desigualdades de gênero vivenciados nas comunidades, durante e após a ocorrência dos desastres.

Das 11 mulheres entrevistadas, 9 trouxeram em suas memórias elementos que demarcavam a vulnerabilidade de gênero. Assim, pode-se evidenciar que, a vulnerabilidade em função das construções e percepções de gênero foram constantes nas memórias das sobreviventes dos desastres (LOPES; PASSAMANI, 2020, p. 384).

Nestes depoimentos foram pautadas as expectativas e funções que recaem sobre homens e mulheres mediante estas situações extremas. Estas atribuições passam pela agência/capacidade de agir, a responsabilidade de cuidado com os filhos e a restauração social/financeira após uma calamidade. Foi observado que, geralmente, cabe ao homem “cuidar o rio” cabe à mulher “cuidar a casa” (LOPES; PASSAMANI, 2020, p. 389).

Ou seja, tem-se como conclusão que apesar de haver algumas negociações dos papéis de gênero, a suspensão da normalidade é reavaliada quando constata-se que a inter-relação social e ambiental nestes momentos se apoia em arranjos e normas sociais e culturais pré-estabelecidos. Os autores defendem que estas vulnerabilidades, de gênero e sociais, se somam. Potencializando as condições de risco diante de determinados tipos e intensidades de desastres.

Já para contextos de destituição compulsória de direitos básicos, referimos a vasta produção acadêmica da autora Temis Gomes Parente. Em diferentes trabalhos (2012; 2015) a historiadora discute conceitos como (des)territorialização, (des)empoderamento e (in)sustentabilidade, evidenciados na realidade de grupos de mulheres da região do Tocantins e arredores (do meio rural e urbano, reassentadas, trabalhadoras, etc). Considera-se seu cotidiano e suas subjetividades.

A primeira pesquisa, intitulada “Gênero e (in)sustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito – Tocantins” (PARENTE, 2015), realizou-se através de entrevistas de história oral com homens e mulheres reassentados nas localidades que receberam os atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), inaugurada em outubro de 2012. A autora busca analisar as condições de vida e a (in)sustentabilidade expressa no cotidiano dessas famílias, e como essas práticas cotidianas reforçam os lugares de gênero (PARENTE, 2020, p. 402).

Essa insustentabilidade mostra-se resultado da desterritorialização e territorialização (para o novo lugar, com o qual não possuem nenhum vínculo social). Mais particularmente da mudança brusca e forçada de seus modos de vida, causada por empreendimentos privados e de grande escala.

Observou-se um empobrecimento da população, mais particularmente das mulheres, expresso pelo processo de perda de sustentabilidade. Já que antes seu antigo ambiente provia sua economia de subsistência, ligada à extração do coco babaçu. Além disso, a citação que abre este subcapítulo, expõe a situação de privação de água que as famílias enfrentavam na nova moradia, com o agravante de que antes esta população vivia às margens do rio Tocantins, que os provia água, alimento, transporte, etc.

O impacto dessas mudanças estão ligados ao cotidiano, estruturado a partir dos papéis de gênero. A partir deles, são as mulheres e adolescentes as responsáveis pelo abastecimento de água e pelas questões do ambiente doméstico e familiar. E por isso, segundo a autora, são as mais afetadas. Parente fundamenta-se em autoras como Joan Scott e Guacira Louro para o entendimento das questões de gênero<sup>7</sup>.

A segunda pesquisa, produzida em coautoria com a filósofa Olaya Guerrero e intitulada “O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil)” (PARENTE; GUERRERO, 2012), também é realizada a partir de entrevistas de história oral. E se fundamenta nas trajetórias de Dionísia (Córrego Prata - TO) e Raimunda (Pinheirópolis Rural - TO), representantes de suas comunidades no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

As autoras buscam compreender o cotidiano das mulheres habitantes dos reassentamentos rurais constituídos com a construção da Usina Hidrelétrica de Luís Eduardo Magalhães (Porto Nacional - TO), no rio Tocantins (PARENTE; GUERRERO, 2012). Além de perceber o processo de desempoderamento destas mulheres a partir da identificação de fatores inibidores do empoderamento.

Tais fatores são pontuados pelas autoras pela falta de autonomia econômica e o empobrecimento, e a ausência de consciência acerca da discriminação de gênero. Pois o processo de reassentamento logrou a estas famílias a posse de um lote de terras (que não possuíam legalmente em sua antiga moradia) e a participação no MAB. Porém, devido à questões ambientais (tamanho, qualidade do solo, tipo de terreno), não conseguiram produzir

---

<sup>7</sup> LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.  
SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, dez. 2012. p. 327-351.

nos lotes que receberam. Quanto à participação no MAB, não possuem uma representação direta e deliberativa. Nem se organizam no enfrentamento da desigualdade de gênero porque não a reconhecem.

No entanto,

quando perguntamos o que ela busca especificamente de melhoria para os reassentados, as suas respostas convergem para ações e atividades relacionadas diretamente com as questões de gênero e, o que é mais interessante, reforçam essas questões sem que ela tenha consciência disso. Ou seja, as lutas são para conseguir apoio para atividades relacionadas às questões atribuídas como “atividades de mulheres” (PARENTE, GUERRERO, 2012, p. 191).

Como conclusão, demonstra-se a presença de fatores inibidores de empoderamento no cotidiano dessas mulheres, também efeitos da mudança compulsória de seu ambiente e modo de vida. Mas também, há nas suas trajetórias vislumbres dessas mulheres se organizando e conquistando seus direitos.

O trabalho de LOPES; PASSAMANI (2020) refere-se ao campo da história ambiental na temática dos desastres ambientais. A abordagem de gênero permitiu aos autores explorar as configurações de poder que se apresentaram espontaneamente no depoimento, e portanto, na experiência de mulheres atingidas por desastres. A investigação acerca da condição das mulheres, dos papéis de gênero e de sua vulnerabilidade em meio a situações calamitosas faz especial sentido em um país em que desastres ambientais são frequentes.

As análises de PARENTE (2020) e PARENTE, GUERRERO (2012) dialogam com a história ambiental através do estudo das construções de barragens hidrelétricas e sua transformação socioambiental. O olhar fundamentado na abordagem de gênero permite às autoras narrar a experiência específica da vulnerabilidade feminina. A trajetória de mulheres atingidas por barragens é marcada pela perda de recursos e pela inibição de elementos de empoderamento em seu cotidiano. Trazer à tona a realidade de mulheres reassentadas possibilita que realizemos uma indagação acerca das contribuições de grandes empreendimentos privados e motivados pelos princípios do mundo moderno (neste caso, a geração de energia elétrica em grande escala). E que modificam radicalmente a natureza e o modo de vida de comunidades inteiras.

### 3.2. CORPOS E DIETAS

*o corpo humano consome natureza e por vezes é hospedeiro de outros organismos; pode ser estômago ou útero. É necessário então ver também historicamente este corpo humano, entendido como parte do mundo natural (SEDREZ, 2012, p. 271).*

Uma das premissas discutidas no capítulo anterior sobre a história ambiental é o reconhecimento dos seres humanos como agentes biológicos e componentes da realidade biofísica em que estamos inseridos. Esta percepção abre espaço para novas compreensões, como por exemplo a do corpo humano como manifestação desta natureza.

Corpo e natureza se relacionam em múltiplas dimensões. O corpo físico é um elemento natural e atende alguns princípios que denotam esta condição (nascimento, reprodução, morte e decomposição), a natureza do corpo. Também são corpos que se reúnem em sociedades e constroem seus domínios socioeconômicos (seus papéis de gênero, suas práticas de trabalho, como se relacionam com o ambiente, etc).

Em âmbito simbólico, de acordo com a historiadora Lise Sedrez (2012), podemos incluir as representações antropomórficas que as mais diversas sociedades têm da natureza. Em especial, a Terra, como força fértil, nutriz, era associada ao corpo feminino. (...) A Natureza então vista era ao mesmo tempo como casta e fecunda (SEDREZ, 2012, p. 266-277).

No artigo intitulado “O corpo na História Ambiental: de corpos d’água a corpos tóxicos” da historiadora acima mencionada, observamos que no imaginário da cultura ocidental cria-se o corpo da natureza. Representações antropomórficas de elementos naturais carregadas de significação humana, como por exemplo na figura “Europe Supported by Africa and America” (1796), de William Blake, ou a Hipótese de Gaia (1970), de John Lovelock<sup>8</sup>. Ambas as representações, apesar de diferentes, se apropriam de corpos femininos e a significação social que estes possuíam em seus determinados contextos.

Historiadores ambientais que investigam essas imagens constituídas sobre a natureza também contribuem para o acervo de percepções sobre corpos da natureza. Por isso o artigo de Lise Sedrez (2012) tem como objetivo explorar algumas reflexões sobre o corpo produzidas por autores da história ambiental. Além disso, busca investigar sua influência na maneira como pensamos a natureza.

A autora observa que existe uma vasta produção sobre o corpo na história ambiental, seja em relação ao corpo da natureza (as representações e percepções ocidentais sobre a natureza) ou a natureza do corpo (a materialidade física dos corpos).

---

<sup>8</sup> MUSEUM, V. AND A. Europe supported by Africa and America | William Blake | V&A Explore The Collections. Disponível em: <<https://collections.vam.ac.uk/item/O127397/europe-supported-by-africa-and-print-william-blake/>>. Acesso em 04 dez. 2023.

LOVELOCK, James. *Homage to Gaia: the Life of an Independent Scientist*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Se conclui que a experiência humana da natureza passa por uma experiência corpórea, que não pode ser ignorada pela história ambiental (SEDREZ, 2012, p. 280). As diversas maneiras como o corpo tem sido discutido revelam a fecundidade deste campo de pesquisa e possibilitam contemplar a complexidade inerente do corpo histórico, ao mesmo tempo cultural e material (2012, p. 280).

Neste segmento podemos mencionar também a historiadora Luciana Klanovicz, autora do ensaio “Diets em Disputa: Gênero, Corpo na Grande Aceleração Brasileira (1980-2010)” (de 2020) e de diversos outros trabalhos sobre corpo e gênero. No trabalho citado, a autora busca refletir sobre a emergência das dietas nas culturas ocidentais no período da Grande Aceleração, atentando-se para práticas discursivas e imagéticas acerca do tema.

Faz isso mapeando as dietas que foram desenvolvidas no Norte-global e importadas para países do Sul-global. Como se deu sua recepção, mas especialmente, qual seu impacto na construção dos corpos modernos, e como estes por sua vez, modificam os padrões de produção e consumo de alimentos em um Brasil cada vez mais presente no contexto global desde o final do século XX (KLANOVICZ, 2020, p. 3).

A autora situa o contexto da Grande Aceleração como a fase atual do antropoceno, um período em que a produção e o consumo não tem parâmetros precedentes na história. Em consonância, as dietas e fórmulas para emagrecimento também se multiplicam e são fruto da influência norte-americana nos padrões de corpo e consumo. Portanto estes padrões podem ser compreendidos como práticas disciplinares que produzem masculinidades, feminilidades e modernidades normativas. Mas também, como processos que geram impacto sobre o uso de recursos naturais e transformações dos ambientes.

Após uma retomada histórica de dietas consumidas no Norte-global e no Brasil, antes e após a Grande Aceleração, a autora defende uma mudança significativa entre estes “antes e após”. No contexto citado há uma individualização das responsabilidades alimentares, a partir da qual o indivíduo passa a ser responsável pela alimentação e pela busca do corpo desejado. Este fenômeno é conceituado pela autora como “Diets Globais”, que tampouco questionam o preço que se cobra para a obtenção de um corpo global. O corpo que se quer está distante do alimento que se pode ter e isso se soma a outros elementos que frustram sua construção, já que o processo todo é individualizado (KLANOVICZ, 2020, p. 70).

As dietas globais são excludentes porque recomendam alguns alimentos e restringem outros fundamentando-se em parâmetros alimentares e ambientais do Norte-global.

Ao não incorporar outras opções de alimentos regionais ou até mesmo de pensar que eles possam existir, o Antropoceno tornou possível que determinados alimentos

cruzassem as fronteiras da cultura e se estabelecessem como alimento imprescindível, dado seu valor nutritivo, e porque “não engorda” (KLANOVICZ, 2020, p. 75).

Para pessoas do Sul-global estes alimentos são inacessíveis e/ou possuem um alto custo. Mas mesmo assim, as dietas contribuíram para as transformações nos hábitos alimentares e conseqüentemente, no aumento vertiginoso da agropecuária e da monocultura.

Em SEDREZ (2012) vislumbramos a história ambiental na própria discussão teórica elaborada pela autora acerca da experiência corpórea da vida humana. A abordagem de gênero não é tão destacada neste trabalho, porém, é através dela que se evidenciam diversos exemplos de representações que relacionam natureza e corpo feminino, mais especificamente. Abrindo caminho para a reflexão sobre condutas e práticas sociais pautadas pela significação mental que autoriza a submissão de naturezas e pessoas.

O ensaio de KLANOVICZ (2020) é um estudo sobre corpos e controle, dietas globais, a influência alimentar exercida pelo Norte-Global e sua capacidade de alterar hábitos e paisagens. No texto, verificamos uma ferramenta cotidiana de manutenção do controle social sobre os corpos, as dietas. Imputadas especialmente sobre corpos femininos. Este ensaio nos permite questionar de onde vêm os atuais padrões de corpo e consumo hegemônicos em nossa sociedade, chamando a atenção para a construção social em torno de aspectos atualmente naturalizados. Como a promoção estética e publicitária da magreza feminina como belo, a produção de alimentos importados (plantas exóticas em detrimento de plantas nativas), a monocultura, cultivo com altas doses de agrotóxico, aumento da agropecuária, etc.

Através das pesquisas para a construção do *corpus* textual desta monografia, notou-se que são escassos os trabalhos sobre mulheres/grupos marcados por gênero na história ambiental urbana. Nos trabalhos de SEDREZ (2012) e KLANOVICZ (2020), as autoras não limitam sua análise exclusivamente às mulheres do meio rural. De modo que incorporam a realidade de mulheres do meio urbano, também sujeitos de experiência corpórea com/no seu ambiente. E também afetadas pela imposição de padrões de corpo e consumo, bem como, dos impactos ambientais resultantes.

### 3.3. AGROECOLOGIA E ALIMENTOS

*Sem feminismo, não há agroecologia!*

Slogan utilizado em campanhas, pesquisas e materiais de divulgação por organizações como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Na contramão dos padrões de consumo e produção discutidos no subcapítulo anterior, pontuamos a importante atuação das mulheres que promovem e asseguram a agroecologia,

uma ciência, prática e movimento social que visa promover práticas agrícolas que são ambientalmente sustentáveis e socialmente justas - é do interesse de comunidades rurais com poucos recursos não só porque é uma solução de base acessível e disponível, mas também porque desafia as dinâmicas de poder no atual regime agroalimentar explorador e opressivo. Ao promover a integração das ciências sociais, biológicas e agrícolas com o conhecimento tradicional e cultural, a agroecologia é localmente adaptável a um contexto específico e refinada através da experimentação participativa da produção agrícola (SEIBERT et al, 2019, p. 46).

Para melhor compreender estas relações, exploraremos os trabalhos de Daiana Paula Varotto, tanto sua dissertação de mestrado intitulada “Agroecologia e mulheres: protagonismo feminino na agroecologia no Planalto e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul (1985 - 2019)” (de 2020), quanto seu artigo “Protagonismo feminino das agricultoras agroecológicas no Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul”, capítulo do livro História Ambiental em rede: novos temas e abordagens (NODARI et al, 2022).

As pesquisas abordam os núcleos Planalto e Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia, que englobam municípios como Passo Fundo e Erechim (no RS). E são realizadas através de entrevistas de história oral com mulheres que atuam na promoção da agroecologia (agricultoras, pesquisadoras, extensionistas rurais, agrônomas, etc). Além do aporte bibliográfico produzido sobre o tema.

Em ambos os trabalhos, a autora busca verificar a atuação das mulheres como protagonistas na agroecologia nestas regiões. E fundamenta-se na perspectiva das próprias mulheres sobre suas trajetórias de vida e de atuação profissional, além da relação que estabeleceram com o espaço e a sociedade que as cerca.

Esta investigação é importante porque tem-se observado a manutenção de estruturas e práticas patriarcais na sociedade rural brasileira, refletida na divisão sexual do trabalho e na linguagem da violência (física, moral, econômica, etc). Desta configuração resulta a invisibilidade das mulheres camponesas e o não reconhecimento do seu trabalho como produtivo (ligado à ideia do público-produção de riqueza-masculino, privado-reprodução social-feminino).

Entretanto, a partir de uma forma diferente de produzir alimentos, diferente da lógica de grande escala de *commodities* para exportação, desenvolvem na Agroecologia seu trabalho e tiram o sustento das famílias em alimentos livres de agrotóxicos e com perspectivas de igualdade entre gêneros (VAROTTO, 2022, p 333).

Neste sentido, Varotto afirma que muitas produções agroecológicas começam nas hortas, que inicialmente não são vistas como trabalho produtivo e são ligadas ao âmbito feminino, mesmo com a venda dos excedentes. Porém, quando a família migra para o sistema agroecológico e comercializa seus produtos a situação se modifica. Como testemunha um dos entrevistados pela autora:

sem comercialização só as mulheres que vinham (*ao projeto ATER*), com comercialização os homens passavam a tomar a frente desse negócio porque passava ser o negócio da família e antes disso enquanto, é mais produção para alimentação da família, reprodução social da família, fica basicamente só as mulheres. Isso assim é bem claro (MARTINS, 2020, p. 5, apud VAROTTO, 2020, p. 336).

No entanto, a partir da situação relatada também podemos notar as iniciativas de mulheres para a produção sem agrotóxicos. Esse e outros esforços como a constituição de um banco de sementes, o resgate de variedades e a multiplicação e trocas entre agricultoras (op. cit., p. 347), evidenciam que a dinâmica de participação feminina na agroecologia ocorre através da resistência.

Elementos como a produção de alimentos para consumo próprio, guarda de sementes, reconhecimento desses saberes, participar de entidades ativamente, atuar politicamente frente ao tema e suas necessidades (op. cit., p. 348) são considerados elementos de resistência diante da Revolução Verde e seus paradigmas de modernização. Que visam a maximização da produção e dos lucros, baseando-se em agrotóxicos, tecnologia e monocultura.

Nestes trabalhos pode-se perceber a presença das mulheres em todas as etapas da produção agroecológica nas regiões Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul, desde a escolha por produzir neste sistema até a pesquisa científica realizada sobre a temática. Estas mulheres entrevistadas se auto reconhecem enquanto protagonistas deste movimento e atestam o quanto sua participação é fundamental para o funcionamento da agroecologia.

As pesquisas de VAROTTO (2020; 2022) se inserem nos estudos histórico ambientais sobre agroecologia, produção de alimentos, agrotóxicos e trabalho rural. A abordagem de gênero está presente na pesquisa sobre a experiência destas mulheres, transformada social e economicamente pela perspectiva do trabalho remunerado e considerado como produtivo. Além disso, esta investigação permite compreender a agroecologia a partir de questões sensíveis e das expectativas de gênero presentes nas trajetórias das mulheres entrevistadas.

A autora, assim como KLANOVICZ (2020), situa a análise a partir de elementos da modernização que se impuseram como padrões em nossa sociedade. Por isso podemos estabelecer certa continuidade de compreensão entre os trabalhos. Em KLANOVICZ (2020) podemos compreender sobre o poder que determina porque hábitos, alimentos e modos de produção do Sul-Global são desvalorizados em detrimento de hábitos e produtos caros e/ou inacessíveis. Em VAROTTO (2020; 2022), conhecemos a realidade e as práticas de resistência de mulheres trabalhadoras do Rio Grande do Sul - Brasil, contra o poder hegemônico do Norte-Global.

## 4. O TRABALHO, A LUTA, O SABER

### 4.1. TRABALHADORAS RURAIS

*[...] praticamente eu não me fio só no que o meu esposo me dá, eu faço a minha parte, eu vou pro mato, gapuio, eu tapo garapé, eu apanho açai, vou vender [...] eu junto azeite, bucuíba. Então eu dependo dela [da floresta - da natureza] eu tiro tudo que ela me oferece.*

Maria Benedita, da Ilha de Juba - Cametá (PA). Em entrevista para Amarilis Maria Farias da SILVA (2008, p. 270).

*Nós, do Movimento das Quebradeiras de Coco, temos no nosso sangue e alma que o babaçu é a essência que move a nossa vida. Tendo uma palmeira em pé, tem uma mulher em pé e vice versa.*

Maria Alaídes, coordenadora geral do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em entrevista para a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Neste subcapítulo foram reunidas algumas pesquisas que investigam as diferentes maneiras como grupos de mulheres estabeleceram seu sustento e subsídio, e como organizaram seu modo de trabalho. Estas trabalhadoras atuam no meio rural e suas formas de trabalho se estruturam em interdependência com seus ambientes.

É o caso das trabalhadoras rurais do Distrito Federal (DF), mulheres responsáveis pelo trabalho realizado para produção e comercialização de seus produtos. Este tema é trabalhado na tese de Iracilda Pimentel Carvalho (2004), denominada “Os mundos das mulheres das agroindústrias do DF: espaços identitários, lugares de poder (1995-2002)”.

Através de entrevistas de história oral, o depoimento de cinco mulheres proprietárias de pequenas agroindústrias familiares do DF, a autora busca revelar a presença histórica dessas mulheres no espaço rural desta localização e compreender seus saberes, suas trajetórias, perspectivas de vida e processos de emancipação econômica e pessoal.

São histórias de mulheres que criaram, a partir de seus saberes, formas próprias para produzir e vender bolos, doces, biscoitos, frutas cristalizadas temperos e hortaliças (CARVALHO, 2004, p. 196) e através de seu trabalho tornaram-se administradoras de suas agroindústrias e provedoras da família. A autora situa este processo como uma subversão das tradicionais relações familiares e divisões de trabalho no meio rural, informados por convenções de gênero.

Pois observa que foi justamente a perspectiva de emancipação econômica e pessoal provocada pelas agroindústrias (pelo trabalho produtivo e geração de riqueza) que rompeu com sua condição de indivíduo invisível. Afinal, em contextos anteriores, mesmo que desempenhassem idêntica função às dos homens, o trabalho feminino não era valorizado, visto como produtivo e/ou remunerado.

Nesse sentido, estas agroindústrias são definidas pelas entrevistadas como espaços de realização (2020, p. 198) e de mudança.

A pesquisa revelou a existência de mulheres que se recusaram a permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para elas e lograram, com suas agroindústrias, serem reconhecidas social e institucionalmente como suas proprietárias e administradoras, como trabalhadoras rurais economicamente ativas (2020, p. 196).

Embora também observem-se algumas permanências dos papéis de gênero patriarcais, como a maior responsabilidade pelo cuidado com os filhos a cargo das mulheres, as entrevistadas acessaram através de suas agroindústrias espaços de empoderamento e construção de identidade. O acesso à possibilidade de organização e difusão do poder se expressa através de mudanças cotidianas na vida destas mulheres, que passam a se auto valorizar enquanto sujeitos e a afirmar a importância social de seu trabalho.

Mencionamos também o artigo de Amarílis Maria Farias da Silva (2008), denominado “Mulheres extrativistas da Ilha de Juba: seus saberes e suas práticas cotidianas na produção do azeite de Andiroba”. Que investigou a relação dos habitantes da ilha da Juba - Cameté (Pará) com a natureza, desde a instalação da hidrelétrica de Tucuruí (concluída em 1984) até o contexto da realização do artigo. Enfoca especialmente a realidade das mulheres extrativistas deste local, buscando compreender seus saberes e práticas envolvidas na produção do azeite de Andiroba.

A autora realiza esta pesquisa através de entrevistas de história oral (2006 e 2007) com três mulheres habitantes da ilha. A partir destes relatos e da pesquisa de campo, narra a profunda relação de interdependência dos ribeirinhos e da floresta. Bem como, todo o processo de beneficiamento do azeite de Andiroba. O qual, especialmente o processo de coleta, está imensamente vinculado à floresta.

Esta produção é executada e relatada por mulheres de comunidades tradicionais da Amazônia. São saberes únicos e inerentes aos seus contextos, manifestados diariamente em práticas sociais e em fonte de renda/alimentação da família.

Portanto, preservar a floresta representa, para esses sujeitos da comunidade da ilha de Juba, a possibilidade de conservação de suas práticas e de seus saberes historicamente construídos ao longo dos anos, em relação às águas, [de rios, furos e igarapés], às terras [de várzeas, terra firme] e à floresta (CARVALHO, 2008, p. 270).

A autora identifica estes saberes, estabelecidos em acordos com a natureza, como uma forma de resistência social e cultural dessa comunidade (op. cit., p. 280). Como forma de manutenção da sobrevivência, em todos os seus aspectos, dos sujeitos/as camponeses/as daquela região, da natureza, das suas relações e de seus modos de vida.

Neste segmento, identificamos também o trabalho de Andréa Siqueira de Melo (2022), intitulado “As Quebradeiras de Coco Babaçu e os desafios do uso sustentável da floresta: A luta pela terra pós democratização do Brasil e desenvolvimento econômico”. Esta investigação se dá acerca da experiência de mulheres extrativistas do extremo norte do Tocantins, na microrregião do Bico do Papagaio, considerando seu modo de vida e trabalho, sua luta pela preservação dos babaçuais, o uso sustentável e o desenvolvimento econômico dos subprodutos do babaçu (2022, p. 18).

Através de entrevistas de história oral, com três mulheres quebradeiras de coco da região, e da pesquisa/aporte bibliográficos, a autora objetiva abordar o papel das comunidades extrativistas na luta pela terra. Na qual contribuíram através dos esforços para criação da Lei do Babaçu Livre e da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (RESEX).

Isso porque a natureza tem enorme importância no sustento das famílias dessa região, especialmente a palmeira babaçu, “palmeira mãe” (MELO, 2022, p. 8). E é ameaçada mediante a posse de vastas extensões de terra por fazendeiros que impedem o acesso dessas mulheres aos babaçuais, chegando a cortar as palmeiras para impedir a coleta do babaçu.

No entanto, diante destes conflitos as mulheres organizam-se em movimentos sociais como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP), que promovem a luta pela terra e a construção de identidades. Apesar das dificuldades em desenvolver estratégias de enfrentamento, observa-se que a luta coletiva e pela resistência de seu modo de vida existe.

Como evidencia a segunda citação que abre este subcapítulo, a luta pela preservação dos babaçuais é uma via de mão dupla. Afinal, enquanto houverem palmeiras em pé, haverá uma fonte de sobrevivência e sustento para as mulheres dessa região. Da mesma maneira, enquanto houverem mulheres mobilizadas e em luta, haverão palmeiras em pé e sobrevivendo.

Nesta pesquisa, a autora ainda discute o papel do poder público e das políticas públicas na realidade destas comunidades, pontuando alguns avanços mas principalmente, a dificuldade de acesso e/ou ineficiência da maioria

Reconhecendo a profunda importância do babaçu para sua sobrevivência, estas mulheres se mobilizam em torno de sua preservação, fomentando mudanças políticas e econômicas. Segundo Melo, esta luta tem fortalecido a construção identitária e profissional destas mulheres enquanto Quebradeiras e potencializado a valorização de seus saberes

tradicionais (do conhecimento sobre a floresta, da relação com a palmeira babaçu, do processo de quebra do coco, etc).

A pesquisa de CARVALHO (2004) refere à história ambiental ao tratar do trabalho rural, das agroindústrias e beneficiamento de produtos, e de propriedades rurais familiares. Assim como quando tratamos da agroecologia (VAROTTO, 2020; 2022), a abordagem de gênero aparece aqui como possibilidade de perceber o processo de emancipação econômica e social destas mulheres através de seu trabalho. E do reconhecimento deste trabalho como produtivo. Além dos papéis e funções de gênero que permanecem estruturando a vida no meio rural.

Em SILVA (2008) o trabalho rural também é abordado, mais especificamente, o extrativismo realizado por uma comunidade tradicional na Amazônia e a produção do azeite de Andiroba. A epistemologia feminista neste trabalho, propõe a narrativa dos saberes da comunidade da Ilha de Juba através do relato marcado por gênero, e portanto, pelo cotidiano e as práticas sociais que o constituem.

Em MELO (2022), algumas temáticas da história ambiental abordadas são o extrativismo de comunidades tradicionais, o trabalho rural, noções de preservação e as disputas pela terra. Assim como em SILVA (2008), a epistemologia feminista viabiliza a escuta dos testemunhos de mulheres que se relacionam intimamente com a palmeira babaçu, e a valorização dos saberes gerados nesta relação.

Em ambos os trabalhos (SILVA, 2008 e MELO, 2022), as autoras identificam a produção e reprodução de saberes próprios daquelas comunidades. Dessa maneira, as noções de preservação que desenvolvem em relação à natureza, passam pelas preocupações com a própria existência e com a resistência de seus saberes ao longo do tempo.

## 4.2. TRABALHADORAS E A LUTA PELA TERRA

*Afinal nós participamos de todo o processo [de luta] e agora os homens vão pra roça e nós fica fazendo o que?*

*[...]*

*[No lote individual] só usa o nome do lote porque o modelo de assentamento proposto pelo governo é o do patrão, do dono da família, que é só o homem. E as mulheres, elas não tem acesso ao documento. Elas não são donas do lote sozinhas, dentro do modelo oferecido pelo governo. Elas não tem o nome na nota de produtora e assim por diante. Elas tem que fazer essa luta pra participar. E na cooperativa isso desmistifica, né. Elas participa junto, em outro setor, com outros companheiros, então, cresce a relação. Trechos da entrevista de Maria Rodrigues, assentamento em Promissão (São Paulo), concedida à Dulcinéia PAVAN (2012).*

Um contexto de trabalhadoras rurais mais particular é o das mulheres que participam de lutas pela terra e/ou de movimentos organizados em objetivos como o da reforma agrária, caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O texto de Dulcinéia Pavan (2012) denominado “O caminho feminino para a reforma agrária”, é estruturado através de entrevistas de história oral com diversas mulheres assentadas em Promissão (São Paulo). E busca realizar um estudo das trajetórias e experiências vividas por estas mulheres, atentando-se para questões como qual o significado em suas vidas da participação em uma ocupação de terra, e se, com a conquista da vida no assentamento, haveria uma melhora no cotidiano dessa mulher rural. E enfim, se haveriam diferenças significativas na trajetória de homens e mulheres na luta dos sem terra.

A autora observa que em momentos de articulação e embate (como nas ocupações e acampamentos) as tarefas desempenhadas pelas mulheres são reconhecidas como fundamentais e elas inclusive participam da tomada de decisões. No entanto, quando há a estruturação da vida nos assentamentos, estas funções atribuídas ao feminino (a reprodução social, o cuidado com os filhos, com a casa, com a alimentação e a saúde da família) são descritas como menores, auxiliares às funções desempenhadas pelos homens. Mesmo seu trabalho produtivo (na casa, na horta ou nas roças) tende a ser subalternizado em relação aos demais.

Ao se estruturar o assentamento, entretanto, esse protagonismo feminino, desempenhado em condições equivalentes em relação aos homens na ocupação e no acampamento, se expressa numa aparente resignação diante da condição de subalternidade, imposta social e culturalmente às mulheres (PAVAN, 2012, p. 30).

Percebe-se uma clara divisão sexual do trabalho segundo padrões patriarcais e capitalistas. Esta divisão é manifesta tanto no trabalho produtivo, quanto nas práticas cotidianas e nas preocupações de homens e mulheres.

Isso ocorre mesmo com aquisição de certa consciência social e política através da luta pela terra e em um modelo de propriedade mais democrático. A autora situa o agravamento no meio rural da reprodução de estigmas sociais como relacionado às relações afetivas (conjugais, familiares, de vizinhança, etc) que se misturam ao trabalho produtivo, e que encobrem certos conflitos. Neste sentido, quando a família opta pela propriedade familiar individual a relação de poder entre o casal é ainda mais fortemente sentida, porque o homem é o "chefe da família" (op. cit., p. 31).

Por isso, Pavan defende que as mulheres inseridas na cooperativa da comunidade têm mais condições para modificarem as relações sociais nas quais estão inseridas. Pois, apesar das permanências do modelo patriarcal de socialização, consiste em um espaço de articulação,

diálogo e trabalho compartilhado. Já que, no caso da cooperativa, as mulheres têm a mesma viabilidade de se tornarem sócias que seus companheiros. Bem como, de receberem o pagamento pelo trabalho que desempenharam e de pleitear suas demandas (como a criação da creche para seus filhos, do refeitório comunitário e dos horários de trabalho diferenciados).

A organização coletiva da produção nos assentamentos rurais é uma das formas de luta e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (op. cit., p. 35). Organizações coletivas como cooperativas oferecem mais possibilidades de crescimento na consciência política e na auto compreensão como agente de transformação. Oferecem às mulheres perspectivas de não submissão nem às classes dominantes, nem aos companheiros.

No entanto, a realidade da maioria das famílias assentadas em Promissão é a permanência no lote individual e a não participação nas lutas associativas. Nestes casos, constatou-se a tendência à reprodução de papéis e tarefas de gênero típicos da organização de trabalho rural de pequena propriedade. Nas quais, o trabalho feminino é reduzido à complementar ao do marido e desvalorizado enquanto produtivo.

São duas formas de organização em permanente disputa ideológica, pois estão ligadas a dois projetos diferentes de assentamento: um do Governo (incentivo à pequena propriedade familiar) [...]; e outro, do MST que propõe a cooperação agrícola como saída para a pequena propriedade no sistema capitalista atual (op. cit., p. 37).

Conclui-se que homens e mulheres possuem experiências diferenciadas de luta e trajetória de aquisição de consciência política dentro do MST. E que, diante da reprodução de costumes e práticas que reduzem as mulheres (enquanto agentes sociais e trabalhadoras rurais), são necessárias mais estratégias políticas de emancipação feminina e conquista de uma cidadania plena.

No texto de PAVAN (2012) a história ambiental também está presente nas discussões sobre o trabalho rural, bem como sobre as comunidades assentadas e sua organização socioambiental. A abordagem de gênero permite questionar a maneira como os/as assentados/as estruturam sua comunidade e suas práticas cotidianas, observando os estigmas e preconceitos que se prescrevem sobre as mulheres nesta comunidade.

Em MELO (2022) a luta pela terra aparece como processo de embate em torno do qual aquela comunidade tem-se mobilizado com o objetivo de gerar garantias políticas e econômicas. Dentre elas a criação de áreas de preservação e extrativismo sustentável do coco babaçu. Já em PAVAN (2012) acessamos outra dimensão de comunidades que se organizam em torno da luta pela terra, neste caso, identificamos a experiência de pessoas que já conquistaram seu direito à terra através de um movimento social. A partir disso, conhecemos como se arranja a realidade e o cotidiano desta comunidade após a conquista da terra, bem

como, de que maneira sua luta prossegue e qual o papel das mulheres nestes enfrentamentos e/ou no cotidiano.

#### 4.3. VOZES E SABERES TRADICIONAIS

*O sertão e pra cá. Quando vou colher passo o dia inteiro fora, aí lá eu colho umbu, amburana, sucupira e outras. Eu passo o dia fora, tem que ir porque é longe. Aqui não tem. Lá pra lá, para as bandas de lá tem erva, tem muito. Aqui tem doença, aqui nós temos cultura. Tem que ir no cerrado, na caatinga, em uma terra que produza o ipê. Sabe, toda erva plantada, ela não tem o vigor da erva nascida nas matas.*

Relato de Dona Flor, Chapada dos Veadeiros (Goiás), em entrevista para Regina Coelly SARAIVA (2006).

Os povos tradicionais desenvolvem e reproduzem saberes específicos de sua experiência, fundamentada na relação com a comunidade e o meio em que vivem. Portanto estes saberes se expressam em conhecimentos acerca do ambiente que os cerca e como se relacionar com ele. A memória de mulheres desses povos é permeada por esta sabedoria desenvolvida na inter-relação e no convívio com a natureza.

Este processo é descrito por Regina Coelly Saraiva (2012), no artigo nomeado “Saberes, fazeres e natureza nas vozes de mulheres da Chapada dos Veadeiros-Goiás”. Em que explora o conhecimento tradicional da região da Chapada dos Veadeiros através de entrevistas de história oral, os depoimentos de Dona Maria Chefe, Dona Flor e Maria Barbosa (2005 e 2006), mulheres benzedadeiras, raizeiras, parteiras e ex-garimpeiras. O objetivo do texto é acessar os saberes e fazeres relativos à natureza do Cerrado e de domínio daquela população, reconhecendo sua importância e significação. Além disso, a autora também trabalha, através da percepção destas mulheres, os conflitos e contradições gerados a partir da criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) e o modo de vida destas comunidades.

A partir da narrativa dos moradores desta região, a autora identifica que cultura e natureza aparecem numa mesma teia de significações. Ou seja, esta população produz seus significados e experiências a partir de sua relação de simbiose com a natureza, mais especificamente, com o Cerrado. É nesta relação que constroem seus saberes e sua identidade.

Uma identidade tecida *com* e *no* ambiente onde suas histórias de vida foram construídas. Esse conhecimento traz experiências e aprendizados repassados entre gerações e que, ainda hoje, permeiam o cotidiano daqueles homens e mulheres, representados em uma tradição (SARAIVA, 2012, p. 212).

Esta identidade se revela através de seu universo cultural, seu modo de vida e seus fazeres cotidianos.

Elaborados a partir da vivência no Cerrado, estes aspectos geram “um campo especializado de saberes” (op. cit., p. 212), traduzidos no conhecimento do meio natural. Como a utilização das plantas nativas para os mais diversos usos: medicinal (para diferentes males e em diferentes formatos de feitiço e aplicação), alimentação (frutos do Cerrado, flores e cactos), usos práticos (madeira), ornamental e artesanal e ainda, usos não convencionais (gomas de mangaba que viram bolas para as crianças). Os exemplos pautados são apenas menções aos múltiplos usos mencionados no texto de SARAIVA (2012).

Diante disso, notamos que a natureza para as populações tradicionais é representada como um bem a ser explorado para atender suas necessidades vitais, mas também como um bem a ser protegido (op. cit. p. 222). Pois, os ensinamentos transmitidos entre as gerações pautam o conhecimento destes recursos como um conhecimento gerador de possibilidades (de cura de doenças, de alimento para a família). E que só pode ser utilizado mediante a existência destes recursos e portanto, da preservação dos mesmos. Por isso, não realizavam a coleta para comercialização.

No entanto, desde a criação do PNCV (em 1961) observam-se conflitos e contradições com estes saberes. Pois o parque foi criado a partir da iniciativa de conservação ambiental do Cerrado, frente à significativa perda deste bioma. O projeto ambiental do parque fundamenta-se na preservação da natureza e no turismo ecológico. E é situado pela autora, como parte de um propósito modernizador para a região.

A “modernidade ecológica”, ao fomentar práticas em torno da preservação do cerrado e do turismo ecológico, contribuiu para a desagregação da cultura tradicional na Chapada dos Veadeiros ao sustentar a necessidade de separação entre homem e natureza (op. cit., p. 219).

Isso se dá porque este projeto se fundamenta em noções de preservação em que a natureza deve permanecer intocada, gerando a desapropriação de terras de parte da população tradicional da região. A necessidade de desocupação da área evidencia a incompatibilidade dessas populações com o delineamento do Parque Nacional. Desse modo, fica impossibilitado o acesso ao território e à natureza (às plantas que produzem remédios, alimentos, lenha, etc) e, portanto inviabiliza também o exercício e a transmissão dos saberes tradicionais destas mulheres.

A presença do parque agrava conflitos porque atinge diretamente o modo de vida e as práticas tradicionais daquela população. Por isso, representa a perda de lugar mas também a perda compulsória de seus fazeres e de sua identidade.

A narrativa das moradoras da região expõe as representações distintas de natureza que estão em conflito. Para as populações tradicionais, a natureza é parte de suas experiências de

vida: é para ser tocada, manipulada, de modo que homem [e mulher] e natureza possam ser beneficiados com essa relação (op. cit., p. 220).

Cientes do profundo conhecimento que possuem acerca da biodiversidade da região e seus manejos, essas mulheres questionam a condição de exclusão e invisibilidade de seus saberes. Nunca considerados nos projetos de preservação de um espaço que conheceram ao longo de toda uma vida. Por isso, sua reivindicação se direciona no sentido de outras modernidades possíveis, pois não negam a importância do parque, mas apontam para os saberes tradicionais e as contribuições que estes poderiam gerar ao projeto de preservação.

Estas mulheres também demonstram profundo desejo de transmissão de seus saberes e o reconhecimento destes enquanto legítimos e como patrimônio coletivo social e cultural. Porém sem acesso ao território, a manutenção destes saberes é vetada, assumindo uma condição de fragilidade cada vez maior.

Nesse contexto, o que está em jogo não é somente a garantia da natureza para as futuras gerações, mas como garantir que expressões culturais articuladas à natureza do cerrado também possam ser transmitidas como legados. Uma gestão participativa e o intercâmbio de saberes para garantir a proteção da natureza são condições que podem contribuir com a sustentabilidade da tradição dos saberes e fazeres do cerrado (op. cit., p. 225).

Portanto, temos que o atual modelo de gestão de áreas naturais protegidas pode fortalecer a separação dicotômica entre humanos e natureza. E também, que deve ser aprimorada para que não mais objetive apenas a preservação do Cerrado em termos biofísicos, mas também culturais.

No texto de SARAIVA (2012) observamos a história ambiental do Cerrado e de suas comunidades tradicionais. Aqui a epistemologia feminista também viabiliza a construção desta narrativa através da perspectiva e relato de mulheres desta comunidade. E por isso, expõe a situação de tensão em que se encontram os tradicionais moradores do Cerrado, diante de outro grande empreendimento privado e calcado nos princípios da modernidade. Neste contexto, duas noções distintas de preservação se apresentam, e como resultado, têm-se a exclusão dos saberes destas mulheres e suas comunidades.

## 5 CONSTELAÇÕES

*Constelação (substantivo feminino)*

1. grupo de estrelas próximas umas das outras, tais como são vistas da Terra, e que, ligadas por linhas imaginárias, formam diferentes figuras e se distinguem por nomes especiais.

[...]

2. conjunto de elementos que formam um todo coerente, ligados por algo em comum.

(Oxford Languages, 2023).

A partir da apresentação historiográfica realizada nos capítulos anteriores (2 e 3), ficou evidenciada a grande diversidade temática presente no *corpus* textual desta monografia, composto por trabalhos de história ambiental com abordagem de gênero.

No universo temático da história ambiental, estas análises se distribuem profusamente, pois abordam temas como: desastres socioambientais, construções de barragens hidrelétricas e/ou de grandes empreendimentos privados, ribeirinhos, assentados e reassentados, o corpo, as dietas, os padrões de corpo, consumo e produção, a agroecologia, o trabalho rural, as agroindústrias, o extrativismo, a luta pela terra, as comunidades tradicionais, a preservação, os saberes tradicionais, etc.

Ainda que todos os trabalhos apresentados versem sobre contextos do Brasil, também constatou-se que existe um espalhamento destes em relação ao território mais específico abordado.

A pesquisa de LOPES; PASSAMANI (2020) é sobre o sul de Santa Catarina (Mata Atlântica); PARENTE (2015) e MELO (2022) analisam a microrregião do bico do papagaio no Tocantins (ecótono de Cerrado e Floresta Amazônica); PARENTE; GUERRERO (2012) também abordam o Tocantins, desta vez, Porto Nacional e arredores (Cerrado); SEDREZ (2012) e KLANOVICZ trabalham com o território de maneira mais ampla e/ou menos delimitada metodologicamente; VAROTTO (2020; 2022) trata do norte e noroeste do Rio Grande do Sul (Mata Atlântica e Pampa/ ecótono de Mata Atlântica e Pampa); CARVALHO (2004) do meio rural do Distrito Federal (Cerrado); SILVA (2008) investiga a Ilha de Juba, no Pará (Floresta Amazônica); PAVAN (2012) pesquisa um assentamento em Promissão, São Paulo (Mata Atlântica); e por fim, SARAIVA (2006) narra a Chapada dos Veadeiros, Goiás (Cerrado).

Esta distribuição espacial das temáticas abordadas pode ser representada da seguinte maneira:



Figura 1: Ilustração que representa a distribuição temática das pesquisas analisadas no território Brasil. Imagem produzida pela autora (site canva.com).

Foram assinaladas análises em quatro dos seis biomas do território brasileiro: Mata Atlântica 4 trabalhos, Cerrado 4, Floresta Amazônica 2, e Pampa 1. Não foram identificados trabalhos para o Pantanal e a Caatinga. O Tocantins é o estado com maior incidência de pesquisas realizadas, com três trabalhos. Os demais estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Brasília, Goiás e Pará possuem um trabalho cada. Para outros estados do Brasil, não foram identificadas pesquisas neste *corpus* textual.

Desse modo, observa-se uma maior concentração de pesquisas nos ambientes de Mata Atlântica e Cerrado. Sendo a Mata Atlântica, o bioma historicamente mais devastado do Brasil, com cerca de apenas 8% de sua cobertura vegetal original. Mesmo assim, está presente em quase todo o litoral brasileiro e algumas regiões continentais. E o Cerrado, que têm sido o mais devastado nos últimos anos (desde 1970) devido à expansão da fronteira agropecuária, perdendo cerca de 50% de sua vegetação original. É o único bioma que está presente em todas as regiões do país<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Bioma mais devastado, Mata Atlântica reduz desmatamento e volta a respirar. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/natge-illustra/mata-atlantica>>. Acesso em 04 dez. 2023. Savana com flora mais biodiversa do mundo, Cerrado perde área para agropecuária. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/natge-illustra/cerrado>>. Acesso em 04 dez. 2023.

Diante desta diversidade temática e espacial, reforçamos o entendimento de que o gênero não pode ser compreendido metodologicamente como um recorte. Afinal, não limita estes aspectos das pesquisas. Em vista das escolhas metodológicas acima mencionadas, notamos que estas estão profundamente ligadas à realidade e às problemáticas socioambientais enfrentadas no Brasil nos últimos quarenta anos.

Este período é aqui situado a partir da primeira versão da Lei nº 6.938, da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981. Para esta análise considera-se este marco temporal como período em que se começa a falar sobre meio ambiente em termos de legislação e políticas públicas no país. Também pela proximidade deste com o período de redemocratização do Brasil e a Constituição de 1988. Esses marcos estão dispostos como expressão do estabelecimento de um modelo de país com o qual convivemos atualmente. Ao buscar análises que abarquem o período de 1981 a 2023, estamos nos propondo a falar sobre nosso próprio contexto legislativo e sobre as questões sociais, políticas e ambientais que se apresentam como problemas/questões para nossa sociedade.

A lei nº 6.938 é elaborada no processo de nova ordem constitucional e é o referencial legislativo mais importante para a proteção do meio ambiente no Brasil (SIRVINSKAS, 2010, p. 197). Compreendemos seu desenvolvimento como parte de um projeto de modernização para o país, já que

tem por objetivo a harmonização do meio ambiente com o desenvolvimento socioeconômico (desenvolvimento sustentável). Essa harmonização consiste na conciliação da proteção do meio ambiente, de um lado, com a garantia do desenvolvimento socioeconômico, de outro, objetivando assegurar condições necessárias ao progresso industrial, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (art. 2º da Lei n. 6.938/81) (op. cit., p. 198).

Além disso, o aumento na devastação de diversos biomas ocorre simultaneamente ao desenvolvimento de legislações de proteção ambiental. Como é o caso do Cerrado, citado anteriormente. Nesse sentido, os trabalhos mencionados nesta pesquisa oferecem vislumbres de como se buscou, na prática, a preservação prevista em lei e fundamentada em princípios de modernidade, como o desenvolvimento socioeconômico e o progresso industrial.

Ainda sobre o *corpus* textual desta análise, a partir dele pode-se estimar um adensamento das pesquisas de história ambiental com abordagem de gênero. Entre 2001 e 2011 foram identificados três trabalhos; já entre 2012 e 2022 foram identificados nove trabalhos. As pesquisas analisadas foram executadas nos seguintes anos e se intensificam a partir de 2012, como demonstra o gráfico abaixo:

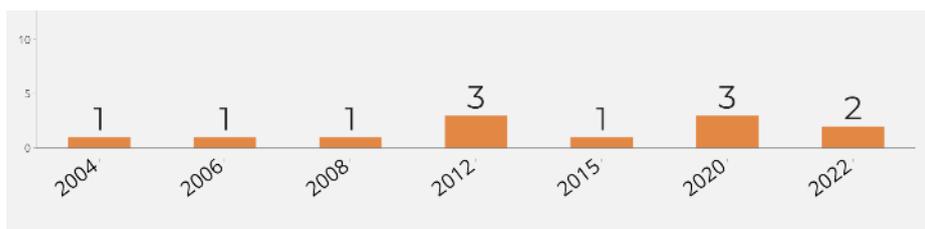


Figura 2: Gráfico de distribuição da quantidade de pesquisas realizadas em cada ano, a partir de 2004. Produzido pela autora (site: my.visme.co).

A seguir, exploraremos alguns aspectos políticos, econômicos, sociais e historiográficos que podem contribuir para situar as causas deste aumento.

Em abril de 2012 no Brasil, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto do Novo Código Florestal, que reduz a proteção ambiental da vegetação nativa. A Lei de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN) foi aprovada após doze anos de trâmite e em meio a polêmicas entre ruralistas e ambientalistas. O projeto de lei 1.876/99 foi criado pelo deputado do PSDB, Sérgio Carvalho, então membro da bancada ruralista<sup>10</sup>.

O texto foi aprovado com algumas modificações e vetos da então presidente Dilma Rousseff. Porém, traduz alguns momentos de embate entre grupos com interesses diversos e a discussão pública acerca da importância da preservação e de Áreas de Preservação Permanente (APP). O movimento “Veta, Dilma!” foi criado por ativistas como forma de apelo à presidente, e fortemente apoiado por grupos da sociedade civil. Nesse sentido, a ONG Avaaz entregou à Dilma um abaixo assinado com mais de dois milhões de assinaturas<sup>11</sup>.

Em termos de historiografia da história ambiental, a partir dos anos 2000 podemos observar uma rede de pesquisadores mais sistematizada no Brasil. Em 2010 realizou-se o primeiro congresso internacional, o Simpósio de História Ambiental e Migrações, promovido pelo Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA), da Universidade Federal de Santa Catarina. Em 2013 foi criado o Grupo de Trabalho (GT) em História Ambiental da Associação Nacional de História (ANPUH).

Também na década de 2010, tem-se a publicação de obras importantes do historiador José Augusto Pádua, como “As bases teóricas da história ambiental” (2010) e “Novas Histórias Ambientais da América Latina e do Caribe” (2013). Que assim como o simpósio e o

<sup>10</sup> Aprovação do Código Florestal foi um dos destaques do Legislativo em 2012 - Notícias. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/393129-aprovacao-do-codigo-florestal-foi-um-dos-destaques-do-legislativo-em-2012/>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

<sup>11</sup> ONG entrega a Dilma abaixo assinado com 2 milhões de assinaturas pelo veto total ao Código Florestal. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/ultimas-noticias/redacao/2012/05/24/ong-entrega-a-dilma-abaixo-assinado-com-2-milhoes-de-assinaturas-pelo-veto-total-ao-codigo-florestal.htm>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

GT, fomentam o debate na academia brasileira e geram contribuições teóricas que auxiliam na construção de novas possibilidades em história ambiental, como é o caso das pesquisas com abordagem de gênero.

A polêmica ambiental é novamente renovada no debate público, em vista do expressivo aumento de devastação no país, a partir de 2018. Uma reportagem da BBC<sup>12</sup> (outubro de 2022), que reúne os dados estatísticos e taxas de desmatamento de diferentes órgãos de monitoramento, aponta para um aumento nesses valores a partir do governo Temer, que seguem em acréscimo durante o governo Bolsonaro (até o levantamento referido). Ou seja, para os biomas Floresta Amazônica, Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica (abrangidos pela reportagem) existe um agravamento na perda de biodiversidade destes locais, que começou em 2018 e seguiu em um crescente (BIERNATH, 2022).

O relatório do Observatório do Clima de 2022, divulgou os seguintes dados para desmatamento na amazônia no mês de abril: 2016, 439,32 km<sup>2</sup>; 2017, 126,85 km<sup>2</sup>; 2018, 489,52 km<sup>2</sup>; 2019, 247,39 km<sup>2</sup>; 2020, 407,2 km<sup>2</sup>; 2021, 579,98 km<sup>2</sup>; 2022, 1.012,5 km<sup>2</sup> <sup>13</sup>. Apesar da diminuição em 2019, para os anos seguintes podemos observar recordes sendo batidos sucessivamente.

Mais uma vez, nota-se uma possível consonância da busca em se pesquisar história ambiental, com as preocupações e demandas do contexto sociopolítico de produção destes trabalhos.

Diante da grande diversidade temática e espacial traçada pelas pesquisas analisadas, salientamos que o gênero não opera como fator limitante. Mas sim, como lente que possibilita a visualização de realidades específicas de cada ambiente, tempo e contexto. A abordagem de gênero tem o efeito de potencializar o aprofundamento e complexidade de pesquisas de diferentes sub-áreas da história ambiental, viabilizando a escuta de novos e outros testemunhos.

Se falarmos em um “universo temático” da história ambiental, diante desta diversidade, também podemos afirmar que os trabalhos, como estrelas, espalham-se por todo o espaço a que pertencem. Afinal, a epistemologia feminista se constrói primeiramente a partir do enfoque dado pelo/a pesquisador/a, e este enfoque pode ser direcionado para

---

<sup>12</sup> Bolsonaro ou Lula: em qual governo a taxa de desmatamento na Amazônia foi maior? BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63290268>>. Acesso em 04 dez. 2023.

<sup>13</sup> Dados desmentem Bolsonaro e apontam recorde de desmatamento na Amazônia. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/05/20/elon-musk-jair-bolsonaro-desmatamento-amazonia-satelites-inpe.htm>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

qualquer “localização” do campo de saberes da história ambiental. Como demonstraram as pesquisas apresentadas.

No entanto, tal como estrelas que se distribuem, estes trabalhos também podem estar interligados em constelações. Podendo ser: conjunto de elementos que formam um todo coerente, ligados por algo em comum (OXFORD LANGUAGES). Ou seja, um conjunto de trabalhos que falam sobre ou fazem sentido em um mesmo contexto, que apresentam elementos comuns de análise.

E ainda: grupo de estrelas próximas umas das outras [...], e que, ligadas por linhas imaginárias, formam diferentes figuras e se distinguem por nomes especiais (OXFORD LANGUAGES<sup>14</sup>). Essas linhas imaginárias que ligam alguns trabalhos e que os nomeiam e/ou distinguem de outros demais, foram compreendidas como os conceitos e métodos históricos que aparecem em múltiplas pesquisas.

A seguir, exploraremos alguns destes métodos comuns de análise e conceitos históricos que localizamos em mais de uma pesquisa. São aqui identificados como os fatores gravitacionais da historiografia analisada, já que constelações são formadas por estrelas unidas pela gravidade. Estes fatores são: história oral, papéis de gênero e trabalho produtivo, modernidade, e resistência.

A história oral como método de trabalho, fundamentado no uso de entrevistas como fonte histórica, foi muito recorrente no *corpus* textual analisado. Das doze pesquisas apontadas, dez delas tinham como fonte o depoimento de mulheres, além do aporte bibliográfico. Exceto os trabalhos de SEDREZ (2012) e KLANOVICZ (2020), caracterizados por uma aproximação mais teórica.

Os demais trabalhos se constroem a partir das vozes de mulheres diversas, seja em situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, reassentadas, agricultoras, proprietárias, extrativistas, trabalhadoras rurais ou/e em luta pela terra. No sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão (THOMPSON, 1998, p. 25).

Por se tratarem de estudos do tempo presente, a escolha pela utilização da história oral é mais propícia. No entanto, também existe nestas pesquisas um processo de legitimação da memória destas mulheres.

Nos trabalhos de CARVALHO (2004), SILVA (2008) e MELO (2022), as pesquisadoras identificaram a existência de saberes próprios daquelas comunidades. E em

---

<sup>14</sup> Oxford Languages and Google - Portuguese | Oxford Languages. Disponível em: <<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>>.

SARAIVA (2006) as próprias mulheres entrevistadas manifestaram sua preocupação em legar seus saberes e conhecimentos às novas gerações, com a finalidade de preservá-los e transmiti-los. Além disso, questionaram a marginalização de seu conhecimento, adquirido ao longo de toda uma vida no Cerrado, diante de uma razão cientificista que se impõe.

Também neste caso é enorme o potencial da evidência oral, e suas possibilidades mal começam a ser exploradas. Até bem pouco tempo, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito frequentemente transcorreu sem ser documentada (THOMPSON, 1998, p. 134).

Neste sentido, o método da história oral e as múltiplas possibilidades de pesquisa que propõe, dialogam com a epistemologia feminista e os saberes localizados (HARAWAY, 1995). Pois essas pesquisas colocam determinado grupo de mulheres como foco ou objeto de estudo mas também promovem a escuta e legitimação de suas narrativas. Nomeando quem são e onde estão essas mulheres, corporificando o saber. Afinal, a compreensão histórica proposta se constrói sobre suas experiências e relatos. Podendo contribuir para a realização do desejo destas comunidades em preservar seus saberes e tê-los reconhecidos como legítimos por estruturas como a da academia. Fontes históricas mais abrangentes, como as da história oral, nos permitem perceber realidades muito diferentes entre si e das habitualmente abordadas.

O gênero como categoria de análise (SCOTT, 1989), abarcado pela epistemologia feminista, aponta para os aspectos sociais implicados neste “gênero”. De maneira que possamos dar voz e narrativa a grupos marginalizados socialmente e radicalmente diferentes entre si, e complexificar a análise, ao colocá-los em perspectiva e perceber alguns elementos que se reiteram. Como por exemplo, a permanência de certos papéis de gênero mesmo em situações atípicas, adversas ou de vulnerabilidade. Ou ainda, as estratégias de emancipação e subversão destes papéis sociais.

O artigo de LOPES; PASSAMANI (2020) afirma a permanência de formas de organização social baseadas em papéis de gênero patriarcais, mesmo em situações de suspensão da normalidade causadas por desastres ambientais. Em PARENTE (2015) e PARENTE; GUERRERO (2012), as autoras identificam as mulheres como mais afetadas pela destituição compulsória de seu antigo ambiente e modo de vida, porque são elas as responsáveis por tarefas específicas (como o abastecimento de água), ligadas ao cotidiano doméstico e determinadas por paradigmas de gênero. Visão que conversa com a perspectiva do ecofeminismo, que ao refletir sobre a maneira como homens e mulheres são socializados para relacionar-se com seu ambiente, afirma que por encarregar-se do local de habitação, as mulheres geralmente são mais conscientes de elementos ambientais cotidianos.

Em PAVAN (2012), notamos que mesmo mulheres que conquistaram seu direito à terra a partir de processos de luta, podem estar sujeitas às funções de gênero próprias da sociedade rural masculina e capitalista.

Nesse padrão de organização e comportamento característico do mundo rural, cabe à mulher todas as tarefas da casa, o cuidado das crianças e idosos, o cuidado dos quintais, dos jardins, o plantio das “miudezas” para o consumo familiar, as criações e, nas épocas em que a roça exige mais mão-de-obra, o auxílio aos homens na lavoura. As tarefas cotidianas condicionam o comportamento pois limitam-nas ao mundo doméstico, socialmente desvalorizado e as subordina ao chefe da família, em geral, o pai ou o marido, o qual determina até mesmo o uso do tempo (op. cit., p. 36).

O beneficiamento da Andiroba (SILVA, 2008) e a quebra do coco babaçu (MELO, 2022) também são funções tipicamente femininas, e correspondem à divisão sexual do trabalho em seus contextos. O projeto de lei que institui o Dia das Quebradeiras de Coco Babaçu, expressa esta divisão da seguinte maneira.

A atividade extrativa do babaçu no Estado do Tocantins é realizada predominantemente por mulheres, embora tenha a participação dos homens em determinados momentos. É uma atividade considerada secundária, cuja safra coincide com a entressafra da chamada roça. A atividade do babaçu, que é aproveitado integralmente pelas famílias, não se restringe à coleta, à quebra e à venda das amêndoas. Nos estados do Tocantins, Maranhão, Pará e Piauí, estima-se que um contingente de quase 300 mil mulheres vive de coletar o coco babaçu, nativo da região (PROJETO DE LEI Nº 96/2018).

Não parece contraditório que 300 mil mulheres em quatro estados do país vivam (tirem seu sustento) de uma atividade considerada secundária frente à atividade a qual os homens se dedicam mais, a roça?

Diante dos trabalhos analisados, especialmente dos apontamentos sobre permanências de papéis de gênero em diferentes realidades, podemos considerar que esta desigualdade é fomentada pela desvalorização do trabalho destas mulheres. Em vários casos observou-se uma subalternização do modo de vida específico do grupo marcado por gênero na comunidade, acompanhada da compreensão de que o trabalho desempenhado por este grupo não era produtivo. Ou seja, que realizavam “apenas” a reprodução social da vida, o trabalho em âmbito doméstico ou mesmo que auxiliavam os homens nas funções de produção, tarefas historicamente não remuneradas.

Por outro lado, também observamos que o processo de emancipação política, social e econômica de algumas mulheres ocorre justamente pelo reconhecimento do seu trabalho como produtivo. Ou pela possibilidade de se mobilizar na luta por este reconhecimento. Bem como, a luta e o trabalho como potência para construção de identidades.

Em MELO (2022) e em PAVAN (2012), que tratam das Quebradeiras de Coco Babaçu e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, respectivamente, observamos o trabalho sendo operacionalizado como questão identitária gerada a partir de processos de luta. As autoras

exploram a trajetória de mulheres que mobilizaram-se com a finalidade de pleitear direitos e/ou medidas reparatórias, que diziam respeito ao reconhecimento de seu trabalho ou a construção de possibilidade para realizá-lo. E que neste processo, passaram a se reconhecer pela identidade ligada ao trabalho que desempenhavam.

As Quebradeiras de Coco Babaçu assumem esta identidade e passam a se orgulhar dela a partir da organização coletiva para a luta pelo direito de acesso aos babaçuais. Esta mobilização é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a sustentabilidade de mulheres e palmeiras babaçu no Bico do Papagaio.

Já as Trabalhadoras Rurais Sem Terra, constataram que uma mudança nas relações de propriedade não corresponde automaticamente uma modificação nas relações familiares (PAVAN, 2012, p. 31). Já que são as tarefas cotidianas que as limitam ao âmbito doméstico. Nesse sentido, o que produziu medidas reparatórias dentro da comunidade foi a mobilização específica das mulheres através da cooperativa. Com a qual conquistaram, por exemplo, a criação da creche para seus filhos, possibilitando-lhes o trabalho fora do lar.

Nas pesquisas de VAROTTO (2020 e 2022) e CARVALHO (2004), que abordam mulheres da agroecologia e proprietárias de agroindústrias familiares, respectivamente, observamos a história de mulheres que subverteram a ordem dos papéis de gênero através de seu trabalho. Mais precisamente, do reconhecimento deste trabalho como produtivo. Pois são a remuneração digna pela função desempenhada e as condições para exercê-la, que geram a possibilidade de emancipação econômica, pessoal e espiritual de sujeitos marcados.

CARVALHO (2004) descreve as agroindústrias como espaços de realização e também de construção de identidade. Se verifica que a mudança da posição social subordinada destas trabalhadoras, ocorre em conformidade com a valorização de seu trabalho e da geração de riqueza a partir dele. Nestes casos, as mulheres se tornam, inclusive, provedoras de suas famílias. Ainda que sejam capazes de reconhecer reminiscências destes papéis em suas vidas e a forte reprodução das opressões de gênero no meio rural.

Em VAROTTO (2020 e 2022), a autora explora este processo que se configura como estratégia de subversão à ordem patriarcal, e também, a maneira como as mulheres da agroecologia se insurgem contra os paradigmas da modernidade. Aqui expressos pela Revolução Verde e seus princípios de modernização para o campo. E que, aparecem em outras pesquisas com expressões e efeitos diversos.

A Revolução Verde (VAROTTO, 2020) consiste na modernização da agricultura a nível global, desenvolvida através da introdução de elementos (considerados) inovadores à produção, como maquinário agrícola, utilização extensiva de agrotóxicos, sementes

geneticamente modificadas, etc. Tecnologias que ficaram restritas a grandes propriedades e/ou produtores abastados, afinal exigem um alto investimento e por isso dificultam a manutenção do pequeno produtor no mercado comercial.

As mulheres da agroecologia, advindas de famílias de pequenos produtores, encontraram maneiras de recusar este modelo de modernidade que as exclui enquanto produtoras rurais. Construindo formas de trabalho em que a atuação dessas mulheres é basilar e valorizada. Produzindo alimentos diversos, regionais e sem veneno. Vendendo em feiras e no comércio local. E se organizando em redes e conexões entre trabalhadoras.

Em âmbito de sociedade, isso é ainda mais relevante se levarmos em consideração os apontamentos de SEDREZ (2012) e KLANOVICZ (2020), em relação à maneira como a modernidade se impõe sobre os corpos, suas representações, e as formas de produção. Se em SEDREZ constatamos as múltiplas maneiras como este corpo é pensado e representado, em KLANOVICZ percebemos as ferramentas de controle que atuam e moldam este corpo, que por sua vez, transforma o que se produz e como se produz.

A representação de corpo que se busca é alicerçada em padrões globais de modernidade, que indicam o caminho para esta finalidade. O corpo global requer uma dieta global que especifica o que comer e que não comer de acordo com o modo de vida norteamericano. As mulheres da agroecologia subvertem essa ordem ao produzirem alimentos regionais do interior do Rio Grande do Sul, de acordo com as demandas e possibilidades de seu próprio ambiente.

Neste sentido, também identificamos esta modernidade no projeto de país que se impõe sobre determinadas comunidades. O desenvolvimento socioeconômico e o progresso industrial previstos pela lei nº 6.938 situam a busca por um modelo de sociedade ocidental moderna e capitalista, onde noções de preservação ambiental e abusos do meio ambiente andam juntas.

As mulheres atingidas pela construção de barragens hidrelétricas (PARENTE 2015 e PARENTE, GUERRERO, 2012), foram reassentadas e vivenciaram a perda compulsória de direitos básicos que antes possuíam. Perpassada pela perda do ambiente e seu modo de vida. Isso ocorreu em favor da geração de energia elétrica em larga escala e em um contexto marcado pela Grande Aceleração (KLANOVICZ 2020).

A criação do referencial legislativo para proteção do meio ambiente no Brasil ocorre neste mesmo contexto e ampara a construção de grandes empreendimentos em função do desenvolvimento socioeconômico do país. Ainda que atinjam inúmeras comunidades ribeirinhas.

Bem como, inaugura uma tradição legislativa em que as leis ambientais vigentes não são claras, gerando conflitos de interpretação, ficando lacunas que muitas vezes só servem para punir os pobres (MELO, 2022, p. 70). Pois, mesmo com a importante articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu, o sistema legislativo muitas vezes se mostra ineficiente e inacessível para compreender sua realidade. Diante de conquistas como a aprovação da Lei do Babaçu Livre, as trabalhadoras ainda são impedidas de acessar os babaçuais.

A redemocratização brasileira a partir da década de 1980 e implantação dos governos neoliberais trouxe consigo a questão agrária, identificado pelo desenvolvimento capitalista e a instalação definitiva da sociedade de classes no campo (MELO, 2022).

Mesmo em termos de preservação, as noções orientadas pela legislação moderna reafirmam a exclusão de comunidades tradicionais. A criação do PNCV se deu em virtude de um projeto de modernização econômica para o Cerrado, uma iniciativa de preservação ambiental e promoção turística que se fundamenta na conservação da natureza como intocada e apartada do contato humano<sup>15</sup>. Os tradicionais moradores da Chapada dos Veadeiros (SARAIVA, 2006) são removidos de seus antigos ambientes por serem incompatíveis com a nova razão que se impõe.

A “modernidade ecológica”, ao fomentar práticas em torno da preservação do cerrado e do turismo ecológico, contribuiu para a desagregação da cultura tradicional na Chapada dos Veadeiros ao sustentar a necessidade de separação entre homem e natureza (op. cit., p. 219).

Esta nova perspectiva que se instaura contribui para o enfraquecimento da manutenção de meios de subsistência e dos saberes desta comunidade. Não considerando que estas pessoas também possuem suas noções de preservação e sustentabilidade bem desenvolvidas. Neste caso, intrinsecamente ligadas à preservação e sustentabilidade das próprias comunidades, e não da conservação do Cerrado apenas em âmbito biofísico.

Diante dos papéis de gênero e da modernidade que se impõem, diversas autoras descrevem as práticas cotidianas e culturais dos grupos estudados a partir do conceito de resistência. Seja na maneira como mulheres da agroecologia e agricultura familiar resistem aos paradigmas da Revolução Verde, modernização do campo e marginalização de suas formas de produzir e beneficiar alimentos (VAROTTO, 2020 e 2022; CARVALHO, 2004).

Seja na forma de luta por direitos e pelo acesso à terra (PAVAN, 2012; MELO, 2022) diante do incentivo cada vez maior à propriedade privada e à concentração de riquezas no meio rural. Seja no esforço de preservação de seus conhecimentos e legados (SILVA, 2008;

---

<sup>15</sup> Contato humano não pago, para melhor especificar. Atualmente (ano de 2023) o ingresso antecipado para visitar a Chapada dos Veadeiros custa R\$45,00 reais para o público geral e R\$4,00 reais para moradores do entorno, de acordo com o site Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (acesso em novembro de 2023).

SARAIVA, 2006), mesmo diante da marginalização fabricada pela oposição e hierarquização dos saberes tradicionais frente aos avanços e técnicas da modernidade.

Falar abertamente sobre estas realidades, partir da perspectiva particular daquela/e que resiste, que se opõe à ordem hegemônica capitalista, é possível através da abordagem de gênero e da epistemologia feminista. Que admitem nomear onde estão os sujeitos históricos produtores daquele conhecimento, dando voz às suas práticas cotidianas e culturais, às suas memórias. Ao mesmo tempo que valoriza a experiência específica de pessoas marcadas por gênero, estigmatizadas por preconceitos sociais que se sobrepõem e invisibilizam ainda mais sua narrativa.

Os elementos de história oral, papéis de gênero, trabalho produtivo, modernidade e resistência, conectam diferentes pesquisas e nos permitiram identificar constelações formadas nesta inter-relação de conceitos e perspectivas de análise. Gerando uma compreensão histórica ampla e que considera diferentes realidades, acerca da condição de mulheres dos territórios do Brasil. Mas também, percebendo as permanências dos padrões e opressões de gênero presentes em suas experiências, e que, se reiteram na medida em que realizamos a leitura dos trabalhos analisados nesta pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da apresentação e análise historiográficas, vimos como o gênero opera nas pesquisas realizadas no campo da história ambiental e quais as contribuições da epistemologia feminista para análises histórico ambientais. Demonstrando-se a importância da utilização do gênero como categoria de análise (SCOTT, 1989).

Esta epistemologia aponta o modo dominante como o conhecimento científico tem sido elaborado, marginalizando uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina. A objetividade feminista permitiu situar o conhecimento, elaborando-o a partir do relato de mulheres com seus ambientes. Corporificando a narrativa.

A visão do corpo marcado não é menos objetiva do que a do sujeito “universal”. A construção de uma ciência baseada nos saberes localizados, composta por multiplicidades heterogêneas, nos permite nomear onde estamos e onde não estamos nas dimensões do espaço.

Constatou-se que o gênero pode operar nas pesquisas históricas como marcador de sujeitos e como categoria de análise. Isto é, todos aqueles que não pertencem ao masculino são marcados pelo estigma de gênero e convivem com as implicações sociais destes estigmas. Já o gênero como categoria de análise é um método de decodificar e compreender a complexidade imbricada nas relações humanas, pois estas são construídas e legitimadas pelos marcadores sociais. Portanto, quando falamos do gênero em pesquisas históricas estamos referindo à legitimação de narrativas marginais e à ferramenta metodológica que permite a compreensão destas realidades.

Ao explorar as maneiras como o gênero se manifesta na realidade de grupos marcados, através da análise historiográfica realizada nos capítulos anteriores, percebemos que estas relações de poder (seus conflitos, acordos, negociações, perdas, desigualdades) se dão com/no seu ambiente. E são frequentemente atravessadas por demandas e problemáticas deste meio em que vivem. As próprias opressões e estratégias de luta que estas mulheres relataram estão diretamente ligadas com seu entorno e as relações estabelecidas com ele.

Também observamos a grande diversidade temática e espacial das pesquisas, corroborando a ideia de que o gênero não está posto como um recorte. Porque não limita as análises em nenhum aspecto. A abordagem de gênero serviu ao aprofundamento e complexificação das narrativas, tornando-as mais inclusivas. Possibilitando que estas pesquisas se mantenham em diálogo com a realidade socioeconômica e ambiental do contexto de produção dos trabalhos.

Por isso, buscamos discutir análises que versem sobre nosso próprio contexto legislativo e sobre as questões sociais, políticas e ambientais que se apresentam como problemáticas para nossa sociedade. O marco temporal escolhido para isso, a Lei nº 6.938, situa o desenvolvimento de um modelo de política ambiental baseada na modernidade e no desenvolvimento socioeconômico e industrial.

Tal como as estrelas, as pesquisas analisadas espalham-se por todo universo temático a que pertencem. E também, podem estar interligadas em constelações, unidas por fatores gravitacionais como a história oral, os papéis de gênero e o trabalho produtivo, a modernidade e a resistência.

Dez dos doze trabalhos analisados se constroem a partir das vozes de mulheres diversas, promovendo a escuta e legitimação de suas narrativas. Dialogando com a epistemologia feminista e os saberes localizados (HARAWAY, 1995).

Observamos ainda, a permanência de certos papéis de gênero mesmo em situações atípicas, adversas ou de vulnerabilidade. E também, as estratégias de emancipação e subversão destas funções. O reconhecimento do trabalho desempenhado como produtivo, mostrou-se elemento definidor nas relações de permanência e/ou subversão dos papéis e expectativas de gênero.

Também identificamos a modernidade como fator recorrente nas análises, situando o contexto global do projeto de país que se impõe sobre determinadas comunidades. Seja através de grandes empreendimentos que transformam a natureza e destituem direitos das comunidades, seja através de noções de preservação ambiental que também acabam por destituir direitos.

O desenvolvimento socioeconômico e o progresso industrial previstos pela lei nº 6.938 situam a busca por um modelo de sociedade ocidental moderna e capitalista. Diante dos papéis de gênero e da modernidade que se impõem, diversas autoras descrevem as práticas cotidianas e culturais dos grupos estudados a partir do conceito de resistência.

Neste sentido, acreditamos que esta pesquisa contribui ao esforço de sistematizar alguns estudos de história ambiental com abordagem de gênero que vêm sendo desenvolvidos. Apontando diversos caminhos temáticos e perspectivas possíveis.

A análise em perspectiva destes trabalhos permitiu apresentar diferentes realidades de mulheres do Brasil, mas também identificar elementos comuns de análise e/ou fatores sociais que se reiteram.

Um dos fatores limitantes desta pesquisa é a necessidade de realizar recortes e seleções para compor o *corpus* textual sobre o qual executou-se a análise. Pois importantes

contribuições historiográficas podem ter sido deixadas para trás, ou mesmo, não foram encontradas quando da busca para seleção. Porém, intentou-se uma apresentação do campo de maneira equivalente à recorrência de trabalhos que observa-se nas plataformas de busca citadas na introdução.

Outra limitação desta análise, é inserir a experiência histórica da agência não-humana à narrativa. Pois, diversas vezes o foco se mantém nos grupos marcados por gênero e seu ambiente. Bem como, nas relações de trabalho e/ou produtivas para com a natureza, nem sempre salientando a relevância desta por si mesma.

Além disso, é importante mencionar a vasta contribuição das ciências sociais para a investigação acerca de mulheres camponesas, seu modo de vida e suas relações de trabalho. Estas pesquisas<sup>16</sup> não foram incluídas na presente análise também pela necessidade de recorte no *corpus* textual, objetivando uma análise bem delimitada e coesa.

A abordagem de gênero contribui no sentido de evitar que o campo da história ambiental se torne masculinista ou descorporificado. A abordagem de gênero e seus saberes teórico-metodológicos apresenta-se como uma alternativa para realizar o movimento de localizar de onde/quem parte o conhecimento e de considerar perspectivas marginalizadas, sejam de mulheres, não-humanos, ambientes. Ou seja, uma ferramenta para tornar a história ambiental ainda mais múltipla e inclusiva.

Para trabalhos próximos, abre-se um abrangente universo de possibilidades temáticas, espaciais e temporais que permitem investigar diversos mundos da história ambiental. A abordagem de gênero se apresenta como ferramenta (lente ou telescópio) que possibilita a apreciação de estrelas espalhadas pelas mais diversas localizações do espaço a que pertencem. Neste caso, pelo ângulo escolhido ser em perspectiva, nos possibilitou também a identificação dos fatores gravitacionais que posicionam estes trabalhos em constelações.

---

<sup>16</sup> AFONSO, Mariana Luciano; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Mulheres camponesas**: identidades que resistem. v. 41, n. 2, 2015.

BONI, Valdete. Movimento de mulheres camponesas: um movimento camponês e feminista. **REVISTA GRIFOS**, n. 34, 2013.

CALAÇA, Michela; ALMEIDA, Janaiky; CAJU, Oona. **Mulheres Camponesas e território da cidadania no RN**: trabalho, participação e autonomia.

SANCHEZ, Rodrigues. As mulheres camponesas e as epistemologias feministas. **São Paulo**, v. 15, n. 1, 2017.

**Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. [s.l.]: Editora Alternativa, 2013.

## REFERÊNCIAS

AMBIENTAL, S. L. Y C. DE H. Testimonios. Sociedad Latinoamericana y Caribeña de Historia Ambiental. Disponível em: <<https://solcha.org/testimonios>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília DF: Casa Civil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm). Acesso em: 4 dez. 2023.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. 2 vols. São. Paulo: Martins Fontes, 1984. [1949].

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1976.

CARVALHO, Iracilda Pimentel. **Os mundos das mulheres das agroindústrias do DF: espaços identitários, lugares de poder (1995-2002)**. Tese (doutorado em História) - Pós graduação em História, Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2004.

CHAKRABARTY, Dipesh. “O clima da história: quatro teses”. **Sopro**, n. 91, p. 4-22, 2013.

CROSBY, Alfred W. **The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492**. Londres, 1972.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMANSKA, Ewa. **Beyond Antropocentrism in Historical Studies**. v. 4, 2013.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. [s.l.] São Paulo, Ed. Elefante, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7–41, 1995.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. **Dietas em Disputa: Gênero, Corpo na Grande Aceleração Brasileira (1980-2010)**. Ensaio para Promoção de Nível Docente. Guarapuava, 2020.

LEAL, Claudia; PÁDUA, José Augusto; SOLURI, John. Novas Histórias Ambientais da América Latina e do Caribe. **RCC Perspectives** 2013, n. 7. [doi.org/10.5282/rcc/6447](https://doi.org/10.5282/rcc/6447).

LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. **Esboços**. 13ª edição. 2005.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. Desastres e Gênero: a natureza da vulnerabilidade no Sul de Santa Catarina (1974-2004). **HISTÓRIA UNICAP**, v. 7, n. 14, p. 378–392, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte - MG. Ed Autêntica, 2019.

MELO, Andréa Siqueira De. **As Quebradeiras de Coco Babaçu e os desafios do uso sustentável da floresta: A luta pela terra pós democratização do Brasil e desenvolvimento econômico**. Dissertação (mestrado profissional), Universidade Federal do Tocantins. Porto Nacional, 2022.

MERCHANT, C. **The Death of Nature: Women, Ecology and The Scientific Revolution**. Harper & Row. 1980.

MIES, Maria. SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

MOORE, Jason. **Capitalism as world-ecology: Braudel and Marx on environmental history**. *Organization and Environment*, v.16, n.4, p.431-58, Dec. 2003.

NODARI, Eunice Sueli et al. **História ambiental em rede: novos temas e abordagens**. Governador Valadares: Univale Editora ; Passo Fundo: Acervus, 2022.

NODARI, Eunice Sueli. Espíndola, Marcos Aurélio. LOPES, Alfredo Ricardo Silva. Desastres socioambientais em Santa Catarina. São Leopoldo: **Oikos**, 2015.

NOUZEILLES, Gabriela (comp.). **La naturaleza en disputa**: Retóricas del cuerpo y el paisaje en América Latina. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.

OJEDA, Diana. **Género, naturaleza y política**: Los estudios sobre género y medio ambiente. HALAC. Belo Horizonte, volumen I, n 1, setiembre 2011 – febrero 2012, p.55-73.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010.

PARENTE, Temis Gomes; GUERRERO, Olaya Fernández. O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO , Brasil). **História Oral**, v. 14, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/237>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

PARENTE, Temis Gomes. Gênero e (in)sustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito – Tocantins. **OPSIS**, v. 15, n. 2, p. 399, 2015.

PAVAN, Dulcinéia. O caminho feminino para a Reforma Agrária. **Revista Nera**, n. 3, p. 28–44, 2012.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the Mastery of Nature**. Londres: Routledge, 1993.

RAGO, MARGARETH. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar. **Masculino, Feminino, Plural**. Gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

REIS, José Carlos. **Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais**. Londrina: EDUEL, 2003.

RIBEIRO, Dep Luana; ANDRADE, Dep Toinho; VICE-PRESIDENTE,; *et al.* ANO XXVIII PALMAS, TERÇA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2018. Nº 2714. 2018.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. Saberes, fazeres e natureza nas vozes de mulheres da Chapada dos Veadeiros, Goiás. **História Oral**, v. 15, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/248>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

SCOTT, Joan; DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Cadernos de História UFPE, v. 11, n. 11, 23 dez. 2016.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, dez. 2012. p. 327-351.

SEDREZ, Lise Fernanda. O corpo na História Ambiental: de corpos d'água a corpos tóxicos. In: MEGA, Marta. et al. **Corpo**: sujeito objeto. [s.l.] Editora Ponteio - Dumará Distribuidora Ltda, 2014.

SEIBERT, Iridiani Graciele et al. Sem feminismo, não há agroecologia. Observatório do direito à alimentação e à nutrição. 2019.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida**: mujer, ecología y desarrollo. Madrid: Editorial Horas y Horas, 1995.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Manual de Direito Ambiental. [s.l.] Saraiva Educação S.A., 2005.

SILVA, Amarílis Maria Farias da. Mulheres extrativistas da Ilha de Juba: seus saberes e suas práticas cotidianas na produção do azeite de Andiroba. **Margens**, vol 5, No 6 (2008), DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v5i6.2925>.

SOARES, Camila; SCHONARDIE, Elenise Felzke. **Desastres ambientais no Brasil**. XXVIII Seminário de Iniciação Científica. Salão do conhecimento, Unijuí, 2020.

THOMPSON, Paul. **Voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio De Janeiro: Paz E Terra, 1998.

VAROTTO, Daiana Paula. **Agroecologia e mulheres**: protagonismo feminino na agroecologia no Planalto e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul (1985 – 2019). Dissertação (mestrado), Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2020.

VAROTTO, Daiana Paula. Protagonismo feminino das agricultoras agroecológicas no Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul. In: NODARI, Eunice Sueli et al. **História ambiental em rede**: novos temas e abordagens. Governador Valadares : Univale Editora ; Passo Fundo: Acervus, 2022.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi Feitiço**: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 – 1880). 2. ed. -- Santa Maria, RS: Ed. da Autora, 2020.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias. Franciscas e Raimundas**: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá. Acre 1870-1945. Tese (doutorado em História Social), Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: **Estudos históricos**. v. 4 n. 8: História e Natureza, 1991.